



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Núcleo de Pesquisas em Vulnerabilidades e Promoção da Saúde
Doutorado

Isabelle Tavares Amorim

CRENÇAS SOCIETAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

João Pessoa - PB
2021

CRENÇAS SOCIETAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Isabelle Tavares Amorim

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha

João Pessoa – PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524c Amorim, Isabelle Tavares.

Crenças sociais acerca da violência de gênero /
Isabelle Tavares Amorim. - João Pessoa, 2021.
132 f. : il.

Orientação: Ana Alayde Werba Saldanha.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Violência de gênero. 2. Crenças sociais. 3.
Psicometria. 4. Variáveis sociodemográficas. I.
Saldanha, Ana Alayde Werba. II. Título.

UFPB/BC

CDU 364.632:305(043)



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Núcleo de Pesquisas em Vulnerabilidades e Promoção da Saúde
Doutorado

Autora: Isabelle Tavares Amorim

CRENÇAS SOCIETAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

BANCA AVALIADORA:

Michael Augusto Souza de Lima

Prof. Dr. Michael Augusto Souza de Lima
(Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ)

Flavio Lúcio Almeida Lima

Prof. Dr. Flavio Lúcio Almeida Lima
(Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Juliana Rodrigues de Albuquerque

Dr^a. Juliana Rodrigues de Albuquerque
(Complexo Hospitalar Governador Tarcísio de Miranda Burity (Ortotrauma-PB))

Maria de Fatima Pereira Alberto

Prof^a. Dr^a. Maria de Fatima Pereira Alberto
(Universidade Federal da Paraíba/UFPB)

Ana Alayde Werba Saldanha

Prof^a. Dr^a. Ana Alayde Werba Saldanha
(Universidade Federal da Paraíba/UFPB)

João Pessoa-PB
2021.

*“Todo dia ele faz diferente
Não sei se ele volta da rua
Não sei se me traz um presente
Não sei se ele fica na sua
Talvez ele chegue sentindo
Quem sabe me cobre de beijos
Ou nem me desmancha o vestido
Ou nem me advinha os desejos
Dia ímpar tem chocolate
Dia par eu vivo de brisa
Dia útil ele me bate
Dia santo ele me alisa
Longe dele eu tremo de amor
Na presença dele eu me calo
Eu de dia sou sua flor
Eu de noite sou seu cavalo
A cerveja dele é sagrada
A vontade dele é mais justa
A minha paixão é piada
Sua risada me assusta
Sua boca é um cadeado
E meu corpo é uma fogueira
Enquanto ele dorme pesado
Eu rolo sozinha na esteira
E nem me adivinha os desejos
Eu de noite sou seu cavalo”*

Chico Buarque de Hollanda

Dedicada a todas as mulheres que possuem

“a estranha mania de ter fé na vida”

Agradecimentos

Sempre utilizo letras de músicas que me tocam a alma e falam por mim em tantos momentos da minha vida. Aqui não poderia ser diferente. Uma música-tema de muitos dos meus caminhos vem pela voz de Gonzaguinha, quando ele canta:

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”

Hoje, encerrando esse processo, tenho ainda mais certeza que sou “tanta, muita, diferente gente”. E que nunca estive sozinha, como tantas vezes nesses últimos anos pensei estar. Foram essas pessoas que tornaram esse momento possível, e a elas serei eternamente grata:

Wilton e Albaniza, Meus pais. Marisa, minha irmã. E a sorte que tenho em ser de/por vocês.

Izaac, meu amor. Uma das maiores certezas da minha vida, companheiro em todo e qualquer caminho que decido trilhar. Junto com nossa cadela, Frida, temos o lugar mais cheio de amor do mundo, o nosso lar.

Meus amigos, vocês sabem quem são! Sou incapaz de nominar cada um, pela sorte de ter muitos. Por me apoiarem e me proporcionarem sorrisos sempre.

Aos membros da banca, que gentilmente leram e contribuíram ainda mais com a construção deste trabalho. Prof^a Dra. Fátima Pereira, Prof^o Dr. Michael Lima, Prof^o Dr. Flávio Lúcio Almeida, Dra. Juliana Rodrigues. Obrigada pela gentileza, profissionalismo e humanidade. Além da Pro^a Dra. Conceição Nogueira, que me recebeu de braços abertos em seu grupo de pesquisa durante minha estadia em Portugal, me proporcionando grande aprendizado.

Minha orientadora e amiga, Ana Alayde Werba Saldanha. Nossos caminhos se cruzaram quando eu comecei na pesquisa, ainda na graduação. De lá até aqui aprendi a admirar a profissional e a amar o ser humano. Não fosse por ela, provavelmente não estaria encerrando esse processo dessa forma. Ana segurou minha mão e disse “vamos juntas” quando eu mais precisei, quando achei não ter mais fôlego para seguir. Minha eterna gratidão e amor.

Minha Psicóloga, Débora Soares. Por me possibilitar voltar a acreditar em mim mesma. Façam terapia!

Todas as mulheres que cruzaram meu caminho durante esse percurso e me tornaram mais forte.

Todos aqueles que ousam fazer ciência no contexto político/social em que nos encontramos.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, em especial à Denize Barreto, secretária da pós-graduação. Sempre tão gentil e paciente em me responder.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa por meio de concessão mensal de bolsa de Doutorado.¹

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Bolsista da Capes/194 - PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior/Processo nº [88881.190049/2018-01](https://capes.gov.br/processo/88881.190049/2018-01)

CRENÇAS SOCIETAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

RESUMO: Partindo da tese de que elementos de cunho sociodemográficos e socioeconômicos podem refletir na forma como o indivíduo enxerga e avalia o mundo que o rodeia, de modo que as influências de tais elementos também podem contribuir no processo de construção, manutenção e compartilhamento das crenças sobre violência de gênero, emergiu-se como **objetivo geral** analisar as crenças sociais acerca da violência de gênero, propôs-se a realização de **dois estudos** com amostras independentes. O **primeiro estudo** avaliou os parâmetros psicométricos da Escala de Crenças Sociais de Legitimação das Violências de Gênero para população adulta. A partir da Técnica de Associação Livre de Palavras aplicadas a 201 estudantes do ensino médio, obteve-se 61 itens, agrupados em cinco subescalas pré-determinadas a partir da classificação da Lei Maria da Penha, posteriormente aplicados a uma amostra de 202 adultos. Foi utilizado Análise Fatorial pelo método dos Componentes Principais e o alfa de *Cronbach* para avaliar os índices de consistência interna. A análise de variância e a comparação de médias (par a par) foi feita pela análise de variância one-way (ANOVA), verificando-se a significância das diferenças pelo teste de Tukey. Como resultado, obteve-se uma estrutura unifatorial para todas as subescalas: (1) Violência Sexual, 13 itens explicando 41,4% da variância e Alpha de Cronbach de 0,858; (2) Violência Psicológica, 14 itens explicando 39,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,871; (3) Violência Física, 13 itens explicando 40,8% da variância e Alpha de Cronbach de 0,849; (4) Violência Patrimonial, 08 itens explicando 46,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,820; e (5) Violência Moral, 12 itens explicando 43,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,849. A análise de variância (ANOVA) e o Teste de Tukey apontaram significância das diferenças entre as médias dos itens. Concluiu-se que, apesar da necessidade de coletar mais informações que suportem essas propriedades psicométricas, principalmente no aumento da variabilidade de respostas, os resultados apontam evidências de validade de conteúdo e de critério, assim como consistência interna da medida. O **segundo estudo** objetivou identificar a tipologia modal das crenças sociais acerca da violência de gênero e verificar a influência das variáveis socioeconômicas e institucionais associadas. A amostra foi composta por 202 participantes, via plataformas online, sendo, 59,9% do sexo feminino, com idade variando de 19 a 59 anos, sendo 68% na faixa etária de 18 a 29 anos, que responderam a “Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos” e um questionário incluindo aspectos socioeconômicos, analisados por estatística descritiva, teste de associação (ANOVA e Test t), correlação de Pearson e Regressão Multivariada (Stepwise). Os resultados evidenciaram maior explicação da Violência Física ($R^2=,844$), apresentando três variáveis preditoras: Faixa etária, (5% da variância); Afiliação Religiosa (5% de explicação); Sexo e Renda Familiar (com 5% e 2% de predição respectivamente). Violência Moral: Religiosidade (6%); Sexo (5%) e; Estado Civil (2%). Violência Psicológica foi predita pelo sexo (6%), religiosidade (7%) e estado civil (3%). Violência Patrimonial com sexo (5%), afiliação religiosa (7%), identidade racial (2%), estado civil (2%) e; escolaridade (2%). Por fim, a Violência Sexual com Afiliação Religiosa (6%), Faixa Etária (4%) e Sexo (3%). A Violência de Gênero deve ser entendida como estrutural porque se materializa em qualquer aspecto da vida e é transmitida a partir dos mecanismos de

socialização. Por fim, no Capítulo Final, são feitas considerações gerais na interseção entre a teoria proposta e os resultados alcançados.

Palavras-chaves: violência de gênero, crenças, psicomетria, variáveis sociodemográficas

SOCIAL BELIEFS ABOUT GENDER VIOLENCE

ABSTRACT: Based on the thesis that sociodemographic and socioeconomic elements can reflect on the way the individual sees and evaluates the world, and the influences of such elements can also contribute to the process of construction, maintenance and sharing of beliefs about violence of gender, emerged as **general objective** analyzing societal beliefs about gender violence, **two studies** with independent samples were proposed. **The first study** addressed the elaboration and psychometric parameters of the Societal Beliefs Scale for The Legitimation of Gender Violence for the adult population. From the Free Words Association Technique applied to 201 high school students, 61 items were obtained, grouped into five subscales predetermined from the classification of the Maria da Penha Law, later applied to a sample of 220 adults. Factor analysis was used by the Main Components method and Cronbach's alpha to evaluate the internal consistency indexes. The analysis of variance and comparison of means (pair by pair) was made by one-way variance analysis (ANOVA), verifying the significance of the differences by the Tukey test. As a result, a unifactorial structure was obtained for all subscales: (1) Sexual Violence, 13 items explaining 41.4% of variance and Cronbach's Alpha of 0.858; (2) Psychological Violence, 14 items explaining 39.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.871; (3) Physical Violence, 13 items explaining 40.8% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849; (4) Property violence, 08 items explaining 46.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.820; and (5) Moral Violence, 12 items explaining 43.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849. The analysis of variance (ANOVA) and the Tukey Test showed significance of the differences between the means of the items. It was concluded that, despite the need to collect more information that supports these psychometric properties, especially in increasing the variability of responses, the results indicate evidence of content and criterion validity, as well as internal consistency of the measurement. **The second study** aimed to identify the modal typology of societal beliefs about gender violence and the influence of associated socioeconomic and institutional variables. The sample consisted of 202 participants, via online platforms, being 59.9% female, with ages ranging from 19 to 59 years, 68% in the age group from 18 to 29 years, who answered the "Gender Violence Legitimizing Beliefs Scale for Adults" and a questionnaire including socioeconomic aspects, analyzed by descriptive statistics, association test (ANOVA and Test t), Pearson correlation and Multivariate Regression (Stepwise). The results showed a greater explanation of Physical Violence ($R^2=,844$), presenting three predictor variables: age group (5% of variance); Religious Affiliation (5% explanation); Gender and Family Income (with 5% and 2% prediction, respectively). Mental Violence: Religiosity (6%); Sex (5%) and Marital Status (2%). Psychological Violence was predicted by sex (6%), religiosity (7%) and marital status (3%). Property violence with sex (5%), religious affiliation (7%), racial identity (2%), marital status (2%) and schooling (2%). Finally, Sexual Violence with Religious Affiliation (6%), Age Group (4%) and Sex (3%). Gender Violence should be understood as structural because it materializes in any aspect of life and is transmitted from the mechanisms of socialization. Finally, in the Final Chapter, general considerations are made at the intersection between the proposed theory and the results achieved.

Keywords: gender violence, beliefs, psychometrics, sociodemographic variables

CROYANCES SOCIÉTALES SUR LA VIOLENCE SEXISTE

RESUMÉ : En partant de la thèse que les éléments sociodémographiques et socio-économiques peuvent réfléchir sur la façon dont l'individu voit et évalue le monde qui l'entoure, de sorte que les influences de tels éléments peuvent également contribuer au processus de construction, de maintien et de partage des croyances sur la violence de genre, a émergé comme **objectif général** analyser les croyances sociétales sur la violence de genre, **deux études** avec des échantillons indépendants ont été proposées. La **première étude** a porté sur l'élaboration et les paramètres psychométriques de l'échelle des croyances sociétales pour la légitimation de la violence sexiste pour la population adulte. À partir de la technique de l'association des mots libres appliquée à 201 élèves du secondaire, 61 éléments ont été obtenus, regroupés en cinq sous-échelles prédéterminées à partir de la classification de la loi Maria da Penha, appliquées plus tard à un échantillon de 220 adultes. L'analyse factorielle a été utilisée par la méthode des composants principaux et l'alpha de Cronbach pour évaluer les indices de cohérence internes. L'analyse de la variance et la comparaison des moyennes (paire par paire) ont été effectuées par analyse de variance unidirectionnelle (ANOVA), vérifiant la signification des différences par le test de Tukey. Par conséquent, une structure unifactorielle a été obtenue pour toutes les sous-échelles : (1) Violence sexuelle, 13 éléments expliquant 41,4 % de la variance et Alpha de Cronbach de 0,858; (2) Violence psychologique, 14 éléments expliquant 39,3 % de la variance et Alpha de Cronbach de 0,871; (3) Violence physique, 13 éléments expliquant 40,8 % de la variance et Alpha de Cronbach de 0,849 ; (4) Violence immobilière, 08 éléments expliquant 46,3% de la variance et Alpha de Cronbach de 0,820; et (5) Violence morale, 12 éléments expliquant 43,3% de la variance et Alpha de Cronbach de 0,849. L'analyse de variance (ANOVA) et le test de Tukey ont montré l'importance des différences entre les moyennes des éléments. Il a été conclu que, malgré la nécessité de recueillir plus d'informations à l'aide de ces propriétés psychométriques, en particulier en augmentant la variabilité des réponses, les résultats indiquent des preuves de la validité du contenu et des critères, ainsi que de la cohérence interne de la mesure. La **deuxième étude** visait à identifier la typologie modale des croyances sociétales sur la violence de genre et l'influence des variables socio-économiques et institutionnelles associées. L'échantillon était composé de 202 participants, via des plateformes en ligne, dont 59,9% de femmes, âgés de 19 à 59 ans, 68% dans le groupe d'âge de 18 à 29 ans, qui ont répondu à l'échelle « Échelle de légitimation des croyances en matière de violence sexiste pour les adultes » et à un questionnaire comprenant des aspects socio-économiques, analysés par des statistiques descriptives, test d'association (ANOVA et test t), corrélation de Pearson et régression multivariée (stepwise). Les résultats ont montré une meilleure explication de la violence physique ($R^2 = 844$), présentant trois variables prédictives : groupe d'âge (5 % de la variance); Affiliation religieuse (5 % d'explication); Sexe et revenu familial (avec une prévision de 5 % et 2 %, respectivement). Violence mentale : religiosité (6 %); Sexe (5 %) et; État matrimonial (2 %). La violence psychologique était prédite selon le sexe (6 %), la religiosité (7 %) et l'état matrimonial (3 %). Violences fondées sur la propriété sexuelle (5 %), l'appartenance religieuse (7 %), l'identité raciale (2 %), l'état matrimonial (2 %) et; la scolarisation (2 %). Enfin, la violence sexuelle avec appartenance religieuse (6 %), le groupe d'âge (4 %) et le sexe

(3 %). La violence sexiste doit être comprise comme structurelle parce qu'elle se matérialise dans n'importe quel aspect de la vie et se transmet à partir des mécanismes de socialisation. Enfin, dans le chapitre final, des considérations générales sont faites à l'intersection entre la théorie proposée et les résultats obtenus.

Mots-clés: violence sexiste, croyances, psychométrie, variables sociodémographiques

Lista de Figuras

Figura 1- Modelo de Crenças Compartilhadas em um grupo.....	36
Figura 2- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Sexual.....	59
Figura 3 - Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Psicológica.....	62
Figura 4- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Física.....	64
Figura 5- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Patrimonial.....	67
Figura 6- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Moral.....	69
Figura 7 - Modelo explicativo das variáveis associadas à Violência de Gênero.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1- Subescala de Violência Sexual: Estrutura Fatorial dos itens	60
Tabela 2- Subescala de Violência Psicológica: Estrutura Fatorial dos itens	63
Tabela 3- Subescala de Violência Física: Estrutura Fatorial dos itens	66
Tabela 4- Subescala de Violência Patrimonial: Estrutura Fatorial dos itens	68
Tabela 5- Subescala de Violência Moral: Estrutura Fatorial dos itens	71
Tabela 6- Descrição e Associação das Médias entre os Dados Sociodemográficos e os Tipos de Violência (N=202)	87
Tabela 7- Coeficientes de Correlação de Pearson entre as variáveis sociodemográficas e tipos de violência. (N=202)	89
Tabela 8- Modelo de Regressão Linear Múltipla preditor dos Tipos de Violência (N=202)....	90
Tabela 9- Coeficientes de Correlação e Modelo de Regressão Múltipla das Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero	92

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

HIV - human immunodeficiency vírus

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos

LOA - Lei Orçamentária Anual

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

PNPM - Plano Nacional de Política para as Mulheres

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

UBS - Unidades Básicas de Saúde

VF – Violência Física

VM – Violência Moral

VP - Violência Patrimonial

VPS - Violência Psicológica

VS – Violência Sexual

Sumário

INTRODUÇÃO.....	18
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A TEORIA DE CRENÇAS DE BAR-TAL COMO FERRAMENTA PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	27
1.1 - MODELO DE CRENÇAS COMPARTILHADAS	28
1.2 – PRESSUPOSTOS DO ESTUDO	45
II – ESTUDOS EMPÍRICOS: CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE CRENÇAS LEGITIMADORAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	49
Artigo 1.....	50
Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos: evidências psicométricas	50
1.Introdução	51
2.Método	55
3.Resultados e Discussão	57
3.1 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Sexual.....	58
3.2 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Psicológica.....	61
3.3 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Física.....	64
3.4 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Patrimonial.....	66
3.5 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Moral.....	69
4.Conclusão.....	71
REFERÊNCIAS	74
Artigo 2.....	76
CRENÇAS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS CORRELATAS.....	76
1.Introdução	77
2.Método	82
2.1 Amostra.....	82
2.2 Instrumento	83
2.3 Análise dos dados	83
3.Resultados	84
4.Discussão	93
5.Conclusão.....	97
REFERÊNCIAS	99

III – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	102
REFERÊNCIAS GERAIS.....	108
ANEXOS	117
ANEXO I	118
APÊNDICES	121
APÊNDICE A.....	122
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
APÊNDICE B	123
APÊNDICE C	129

Para as ciências humanas e sociais, o gênero se refere a um conjunto de atributos particulares da masculinidade e da feminilidade. Nesse sentido, entende-se que o gênero é uma construção social que não decorre de aspectos naturais. A violência de gênero se define como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. Dessa forma, qualquer pessoa, seja do gênero feminino ou masculino, pode ser alvo dessas violências. Contudo, para este estudo, será considerado apenas a violência de gênero no feminino, ou seja, contra as mulheres.

A violência contra a mulher é um agravo de elevada prevalência e um importante problema de saúde pública, sendo definida na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, desde 1995, como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Sendo assim, a violência é um tema multifacetado, que atinge mulheres de todas as classes econômicas, étnicas, com escolaridades discrepantes e das mais diversas idades (Santos, Oliveira & Santos 2020). Além disso, é abordado por diferentes orientações teóricas e se impõe como um fenômeno que apresenta uma dinâmica complexa, inclusive quando se atenta para o nível simbólico envolvido e suas consequências psicossociais.

Os estudos sobre violência contra mulheres mostram altos índices de prevalência na América Latina e Caribe, sendo registradas todas as formas de violência, incluída a sexual. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde OPAS/OMS (2015), a violência de gênero atinge uma em cada três mulheres nas Américas e pode ter

consequências profundas e duradouras para a saúde das sobreviventes, inclusive lesão física, gravidez não planejada, aborto, doenças sexualmente transmissíveis (como a infecção pelo HIV/AIDS), além de uma série de impactos negativos na saúde mental.

Muitos esforços recentes em todo o sistema das Nações Unidas procuraram abordar a violência contra a mulher, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, as resoluções da Assembleia Geral e da Comissão de Direitos Humanos e reuniões da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher (OPAS, 2015). Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável adotou uma meta sobre a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas em seu objetivo independente de igualdade de gênero. Como parte de um empenho sincronizado, os Estados Membros da OPAS elaboraram a Estratégia e Plano de Ação para o Reforço do Sistema de Saúde para Abordar a Violência contra a Mulher (OPAS, 2015). Para tanto, assume que os sistemas de saúde podem desempenhar um papel-chave em esforços multissetoriais para prevenir a violência englobando, em esforço conjunto, em particular, como os setores da educação e justiça, quatro passos principais: a) definir o problema com a coleta de dados sobre a magnitude, características e consequências da violência contra a mulher; b) investigar os fatores de risco e de proteção para entender por que o problema ocorre; c) desenvolver, implementar e avaliar estratégias de prevenção da violência para o setor da saúde e outros setores; d) divulgar dados sobre a efetividade dos programas e expandir os programas efetivos.

No Brasil, como consequência de um movimento envolvendo as questões de gênero acentuado desde a década de 70, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento,

aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Nesse contexto, vale destacar as mudanças e conquistas da mulher nos governos Lula (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e (2015-2016). Em meio a muitos entraves, dificuldade estruturais e orçamentárias, no ano de 2003, o então presidente Lula, criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (Brasil, 2003), fundada com a missão de erradicar todas as formas de desigualdade que atingem as mulheres, as quais ainda são partes constitutivas das populações ditas “vulneráveis”. No entanto, a competência desta secretaria foi definida somente em 2010, por meio da Lei nº 12.314, art. 22, que altera a lei anterior transformando a SPM em Ministério. (Brasil, 2010).

Pelo Decreto nº 8.030, de 20 de junho de 2013, já no governo Dilma, foram definidas as secretarias que comporiam a SPM, sendo elas: a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Além destas, fazem parte da SPM o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que antes era vinculado ao Ministério da Justiça e, em 2003, passou a integrar a estrutura da SPM. A edição do Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM) 2013- 2015 destaca o Programa Nacional Mulheres Mil no Brasil como fundamental no enfrentamento da desigualdade de gênero no País, pois combate a desigual divisão sexual do trabalho e auxilia na diminuição da pobreza, promovendo maior participação feminina no desenvolvimento nacional, enfatizando nos dois primeiros capítulos a garantia à autonomia econômica das mulheres por meio da oferta de cursos de capacitação e a ampliação da oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros (Brasil, 2013).

Com esse histórico de avanços e desafios das políticas públicas para mulheres no Brasil é possível constatar a importância da atuação dos movimentos de mulheres para a conquista e efetivação de direitos. No entanto, a partir do impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff em 12 de maio de 2016 retoma-se um projeto conservador, com privatização e cortes dos chamados gastos sociais e com a destituição de direitos e desmonte de políticas sociais.

Com o início do governo do Presidente Jair Bolsonaro, Damares Alves, pastora evangélica, passa a chefiar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, junção entre os anteriores, invocando o modelo de família e papéis de gênero tradicionais, que passaram a ser centrais para a defesa tenaz da família como o principal núcleo social, entendido de forma autônoma ao Estado, sendo orientada principalmente pela moral da Igreja. É com essa base que projetos de leis e discursos da bancada fundamentalista religiosa vem apontando como inimiga a “ideologia de gênero”, termo que estigmatiza o debate sobre gênero e demarca um campo claro de oposição política entre o discurso de direitos das minorias e o discurso de valores morais da igreja (Soares, 2019).

Seria extremamente extenso descrever nominalmente os passos para trás tanto em projetos de leis, quanto nos discursos institucionais nestes últimos anos. Esta questão pode ser

exemplificada pela queda brutal do orçamento federal para políticas públicas voltadas às mulheres, em programas de promoção de igualdade e de enfrentamento à violência, de acordo com levantamento feito pelo INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). De 2015 a 2020 o valor gasto pelo poder público nessa área diminuiu sistematicamente – foi de R\$ 139,4 milhões a apenas R\$ 36,5 milhões executados no ano passado. Não obstante, chama atenção o fato de que o menor valor tenha sido em 2020, ano em que se declarou a pandemia do Covid-19, o que agravou ainda mais a condição de vulnerabilidade de mulheres. Justamente por isso, o volume de recursos previsto ao governo federal na Lei Orçamentária Anual (LOA) praticamente dobrou com relação ao ano anterior. Mesmo assim, foram gastos apenas 30% dos recursos disponíveis para políticas voltadas às mulheres.

A pandemia do coronavírus fez aumentar os casos de violência contra a mulher, já que, devido ao isolamento social, as mulheres passam mais tempo em casa com seus agressores. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021), uma mulher é agredida a cada quatro minutos no país. Só no primeiro semestre de 2020, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, organizado pelo FBSP, os casos cresceram em 5,2%, totalizando mais de 266,3 mil registros de lesão corporal dolosa. Esse tipo de violência, quando não impedida, pode levar ao feminicídio. Em 2019 os feminicídios cresceram 7% em relação ao ano anterior e causaram mais 1.326 mortes, sendo 66,6% das vítimas mulheres negras. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil é o 5º país que mais mata mulheres de maneira violenta. Mata-se 48 vezes mais do que no Reino Unido e 16 vezes mais que no Japão.

Em 02 de fevereiro de 2021, a Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa F. Etienne, alertou que os efeitos sociais, econômicos e de saúde do Covid-19, crise

pandêmica mundial, estavam afetando desproporcionalmente as mulheres e pediu maior atenção às disparidades de gênero acentuadas durante a pandemia, com a garantia que mulheres e meninas tenham acesso aos serviços de saúde de que precisam, incluindo linhas diretas de violência de gênero e serviços de saúde sexual e reprodutiva, que são serviços essenciais. Em sua fala na mesa de abertura, explicou que os graves impactos econômicos e sociais do Covid-19 recaem fortemente sobre as mulheres, muitas vezes forçadas a deixar seus empregos para cuidar de suas famílias durante esta pandemia, afetando sua renda e seu bem-estar. E as medidas contínuas de ficar em casa, juntamente com as tensões econômicas adicionais, aumentam os riscos de violência doméstica fazendo com que, para muitas mulheres, o lar não seja um espaço seguro.

Muitas formas de violência afetam de maneira desproporcionada as mulheres, sendo as mais comuns globalmente, mas sem se limitar a elas: a) violência doméstica praticada pelo parceiro íntimo (física, sexual, psicológica, patrimonial); b) violência sexual (inclusive estupro) praticada por outra pessoa que não seja o parceiro; c) casamento infantil, precoce e forçado; d) tráfico de seres humanos, inclusive prostituição forçada, e a exploração econômica; e) mutilação genital feminina/corte genital feminino e outras práticas tradicionais perniciosas; f) femicídio e matança de meninas ou mulheres em nome da “honra”; g) assédio sexual nas escolas e nos locais de trabalho (OMS, 2012).

A ocorrência de violência sexual e/ou doméstica por parceiros íntimos entre mulheres é fato relevante. Determinados tipos de agressões como o estupro, as relações sexuais cedidas ou impostas, esta última muito presente nas relações maritais, podem estar presentes em contexto de conjugalidade, geralmente de forma repetitiva e, com o passar do tempo, se agravando em grau e intensidade, acarretando medo permanente, traumas físicos e psicológicos. A existência de uma oscilação na relação entre os casais, havendo períodos de alternância entre momentos de agressão

e de paz, caracteriza o ciclo da violência, compostos por fases: na primeira, há a construção da tensão no relacionamento, podendo acontecer eventos menores, como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças e destruição de objetos. Já na segunda fase, ocorre a explosão da violência, permeada pelo descontrole, com agressões agudas e ataques graves e a transformação do amor em uma relação de disputa permeada por atos de coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e sexuais variadas. E a terceira fase se configura como a lua-de-mel, circunstância em que o agressor se arrepende da violência cometida, demonstra remorso, medo do rompimento e da perda da companheira (Silva & Silva, 2011; Soares, 2005).

Para as mulheres, a presença de uma subjetividade organizada no sentimental, fruto de uma construção sociohistórica dos papéis de gênero, implica um escasso nível de individualidade, uma ordem de prioridade sentimental e ideias de postergação mais do que de êxito pessoal que as leva a naturalizar este estado de coisas, impondo limitações importantes para a criação de estratégias que revertam sua condição. Essa situação dá espaço a instituição de relações de poder que geralmente desfavorecem as mulheres (Saldanha, 2003).

Este poder, segundo Saldanha (2003), não se apoia exclusivamente na força, mas sim em elementos de legitimação e naturalização, produzidos através de representações, crenças e discursos, que se transformam em normas que são vividas no cotidiano fazendo com que a violência não seja vivida como tal. Ela pode revestir-se de sentimentos, afetos, ternura, amor, ou seja, as formas de violência podem ser sutis, consentidas e aceitas pelas mulheres como algo que está na natureza das coisas e que se exerce, principalmente pela via dos sentimentos, se fazendo presente inclusive em mulheres com independência econômica. Objetivamente, a dificuldade de perceber e qualificar a relação que mantêm com seus parceiros como violenta, a ausência de identificação da situação que vivenciam como agressão, a naturalização de algumas condutas ou

comportamentos na relação íntima, conseqüentemente, favorece a inércia de algumas mulheres no enfrentamento da violência, tornando-as, além de tudo, vulneráveis à violência.

Observa-se, portanto, que além dos aspectos mais apontados na literatura, situados em contextos sociais menos favorecidos, a vulnerabilidade à violência revela também aspectos psíquicos, principalmente quando atentamos para o nível simbólico. A violência simbólica está calcada na elaboração de crenças e no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo que o rodeia de acordo com critérios e padrões definidos por alguém. Trata-se da construção de crenças societais (Bar-Tal, 2000) que fazem parte do discurso dominante. Segundo Bourdieu e Passeron (1975):

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (p. 78).

Acrescido a isso, verifica-se que o fenômeno da violência em muitos casos não está explícito. Assim, recalca-se a violência e a dor, e silencia-se a vítima (Marin 1999).

A compreensão e o aprofundamento dos aspectos psicológicos, sociais e culturais relacionados à violência possibilitam, dentre outras, dar voz ao sofrimento vivenciado por essas pessoas ao longo de suas vidas e apontar para a implementação de ações efetivas voltadas para o enfrentamento das marcas da violência, o que exige um suporte psicossocial que tenha compromisso político com o referencial dos direitos humanos.

Neste sentido, alguns questionamentos surgem acerca das diversas variáveis que envolvem as Violências de gênero. Crenças Societais acerca da violência de gênero podem influenciar na

vulnerabilidade de mulheres à violência? A escolaridade e a renda das mulheres estão associadas à vulnerabilidade à violência e ao tipo de crenças sociais acerca da violência de gênero?

Na busca de responder a tais questionamentos, parte-se da tese de que elementos de cunho sociodemográficos e socioeconômicos podem refletir na forma como o indivíduo enxerga e avalia o mundo que o rodeia, de modo que as influências de tais elementos também podem contribuir no processo de construção, manutenção e compartilhamento das crenças sobre violência de gênero.

Fundamentado no Modelo de Crenças Compartilhadas (Bar-Tal, 2000), este estudo apresenta como **objetivo geral** analisar as crenças sociais acerca da violência de gênero, a partir da realização de **dois estudos**, apresentados na forma de artigos. O **primeiro artigo** avaliou os parâmetros psicométricos da escala de Crenças Sociais de Legitimação das Violências de Gênero para a população adulta. O **segundo artigo** objetivou identificar a tipologia modal das crenças sociais acerca da violência de gênero e verificar a influência das variáveis socioeconômicas e institucionais associadas.

Sendo assim, a presente tese está estruturada em duas partes. A primeira, teórica, apresenta a teoria base para seu desenvolvimento – Modelo de Crenças Compartilhadas (Bar-Tal, 2000) – além do desenho dos Pressupostos Teóricos em tese. A segunda parte, empírica, constitui-se em dois artigos oriundos dos dois estudos realizados. Por fim, são feitas considerações gerais na interseção entre a teoria proposta e os resultados alcançados.

**I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A TEORIA DE CRENÇAS DE BAR-TAL
COMO FERRAMENTA PARA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

1.1 - MODELO DE CRENÇAS COMPARTILHADAS

Tendo como aporte os estudos acerca da formação das normas sociais de Sherif (1936), da dinâmica dos grupos de Lewin, (1951), do comportamento do grupo de Asch (1952), do contexto social dos estereótipos de Tajfel (1981) e da definição dos estereótipos consensuais de Gardner (1993), Bar-Tal (2000) traz o conceito de crenças compartilhadas como um dos elementos básicos para a expressão da identidade social comum, onde compartilhar as crenças com os membros do grupo pelo engajamento em uma atividade cognitiva racional, permitiria validar as informações sobre a realidade. A identidade social compartilhada poderia levar a um processo de *despersonalização* onde os membros do grupo transformam suas crenças para que sejam guiadas por um protótipo intragrupo e não por suas experiências biográficas distintas. Por outro lado, quando houver divergência no grupo sobre as crenças que são, supostamente, consensuais, surge a *incerteza subjetiva*. Nesta situação, os membros do grupo exercem influência social e, através da negociação e persuasão, tentam estabelecer um consenso.

Crenças sociais, que são o foco desta tese, são definidas como crenças duradouras compartilhadas por membros de uma sociedade, cujos conteúdos são percebidos por seus membros como caracterizando e influenciando o funcionamento da sociedade. Nesse sentido, convém observar que não necessariamente todas as crenças da sociedade contribuem para o sentido de identidade social, mas apenas aquelas crenças dominantes que constituem o *ethos* da sociedade. Estas crenças derivam do conhecimento societal acumulado pelos membros da sociedade, duram um longo tempo e fazem parte do repertório individual e público, constituindo-se como os pilares da sociedade e permitindo a sua continuidade. No entanto, não são imutáveis, podem mudar como parte de um processo sociohistórico contínuo, dependendo da mudança na realidade percebida

pelos membros de uma sociedade. Enquanto os membros da sociedade consideram as crenças sociais significantes, relevantes e identitárias, elas continuam a funcionar e existir. Mas se as crenças deixam de cumprir sua função, quando se tornam irrelevantes para a nova realidade elas, então, perdem seu status e caem no esquecimento. Em outros casos, o conteúdo das crenças sociais pode ser modificado e adaptado a uma nova percepção da realidade. O que diferencia crenças sociais de outros tipos de crenças é o alcance de seus conteúdos, características específicas e funções. Crenças de grupo definem, unicamente e formalmente, a “coletividade” de um determinado grupo, exclusivamente o caracterizam, e são especialmente aplicáveis para analisar as organizações e grupos voluntários (Bar-Tal, 1990). Em contraste, os conteúdos das crenças sociais são de alcance amplo e inclusivo.

Exemplificando, Bar-Tal (1998) e Turne (1991) observam que em sociedades ortodoxas e autoritárias, como a sociedade Amish ou a Alemanha nazista, os membros compartilham muitas crenças sociais e, de fato, compartilhar crenças sociais é um requisito essencial para esse tipo de sociedade, pois leva a uma grande uniformidade. Em contraste, em sociedades abertas e democráticas, compartilhar crenças sociais não é forçado e, portanto, menos crenças devem ser compartilhadas pelos membros da sociedade. Não obstante, mesmo em algumas dessas últimas sociedades, os membros mantêm crenças sociais e, com base na extensão de sua internalização, é possível distinguir entre os novos membros de uma sociedade (por ex., novos imigrantes), e membros com raízes na sociedade. Muitos países são multi-sociais, visto incluem diferentes sociedades que florescem com base nos fundamentos ideológicos, convicções, etnia, religião, afiliação nacional, raça ou residência regional, a exemplo do Brasil.

Os limites da sociedade são determinados pela auto identificação de seus membros. O importante a ser observado é o fato de que cada sociedade desenvolve seu sistema próprio de

crenças sociais, constituindo o tecido que dá a essência da sociedade e fornece a base para a ação social. São um dos elementos fundamentais que transformam um agregado de indivíduos em uma sociedade em funcionamento.

Quaisquer análises das crenças sociais devem referir aos seus conteúdos. Esses conteúdos podem abranger vários temas, experiências, memórias, expectativas, justificativas ou preocupações. Podem incluir produtos como mitos, memória coletiva, símbolos, ideologias, autoimagens, imagens de outras sociedades, metas, valores ou aspirações sociais. Elas podem ser extraídas de um passado remoto para fornecer uma base comum e histórica da sociedade ou podem derivar do presente e referir às preocupações e características correntes da sociedade, ou ainda, consistir em metas ou visões futuras. Sendo assim, as crenças sociais lançam uma luz sobre o passado, dão significado ao presente e oferecem aos membros da sociedade uma sensação de previsibilidade do futuro.

As crenças sociais podem ser de natureza descritiva ou prescritiva. As crenças descritivas referem às experiências passadas e aos temas e preocupações presentes, enquanto as prescritivas se referem aos valores, normas ou metas futuras, a condição desejada pela sociedade em si, estando baseadas em crenças descritivas, visto que as metas, valores ou aspirações são derivados das condições ou experiências passadas e no presente.

A observação de que as crenças ou atitudes desempenham funções para indivíduos e sociedades não é nova. No início da década de 1950, duas principais teorias buscaram descrever as bases funcionais das crenças e atitudes (Katz, 1960; Smith, Brunner & White, 1956). No entanto, ressalta-se aqui o estudo de Tetlock (1989) sobre a função das crenças políticas que pode também ser aplicado às crenças sociais. Tetlock ressaltou que as crenças políticas são moldadas por “valores fundamentais que são difíceis de avançar em domínios políticos particulares, pelo nível

de conflito ou tensão entre estes valores, e pelo papel e relações de responsabilidade na qual eles devem trabalhar” (p. 130).

Ele também reconhece que as crenças devem ser fundamentadas em vários motivos, tal como a preocupação com o domínio cognitivo ou proteção da autoimagem. Lane (1973), uma cientista política, observou: “Para organizações ou sociedades, as funções internas fornecidas pelo sistema de crenças são aquelas de integração, coordenação, construção moral, liderança legítima, definindo equidade e justiça dentro do sistema e fornecendo fórmulas para a resolução de conflitos” (p. 94).

A presente concepção assume que as sociedades tendem a formar e manter aquelas crenças societais que são funcionais para enfrentar a realidade percebida por seus membros. Essa hipótese indica que as crenças societais ajudam os membros da sociedade a adaptarem-se a realidade percebida. Neste sentido, a presente concepção foca em quatro funções principais: epistêmica, identidade social, preservação e orientação para a ação. No nível mais básico, as crenças societais cumprem a função epistêmica elementar de fornecer conhecimentos sobre a sociedade. Seus conteúdos e temas esclarecem aos membros da sociedade sobre questões fundamentais dela: Como a sociedade foi formada? Quais foram as principais experiências de formação? Qual é a base da união? O que é lógico para sua estrutura e funcionamento? Quais são suas maiores preocupações? Quais são suas metas?

Em essência, através das crenças societais os membros da sociedade aprendem sobre eles mesmos, sendo de importância crucial na satisfação da necessidade básica humana de compreender o mundo em que vive. Esta necessidade parece ser preenchida pela função do conhecimento das atitudes, proposto por Katz (1966). Em sua concepção, uma função da atitude é dar sentido ao mundo e permitir às pessoas dar sentido às suas experiências.

Indivíduos... buscam o conhecimento para dar sentido para o que seria um universo caótico desorganizado. As pessoas precisam de normas ou quadros de referência para compreender seu mundo, e as atitudes ajudam a fornecer tais normas.... As pessoas não são ávidas buscadoras de conhecimento, como seria o desejo do educador ou reformador social. Mas elas querem entender os eventos que afetam diretamente em sua própria vida. (pp. 175-176).

O conhecimento verte luz sobre uma matriz de experiências, conceitos, características ou imagens que caracterizam a sociedade. As crenças sociais cumprem a função epistêmica por fornecer significados, coerência e conhecimento organizado sobre a sociedade. Elas fornecem explicações, justificativas, interpretações, avaliações, raciocínios, razões e expectativas sobre temas que são relevantes para a vida em sociedade. Elas constroem uma *realidade racional* que permite aos indivíduos compreenderem a sociedade da qual são membros. Especialmente importante, é o seu papel como um prisma para a compreensão das questões vividas, permitindo o entendimento dos membros da sociedade acerca de seu mundo. Elas influenciam que tipo de informação chama atenção, como a nova informação é interpretada e como são feitas inferências quando a informação está faltando, fornecem coerência e organizando muitas experiências dos membros da sociedade.

Como já observado, algumas crenças sociais realizam a função exclusiva de contribuir na formação, manutenção e reforço da identidade social, um requerimento essencial na formação de uma sociedade ou grupo. É consenso na Psicologia Social que a formação da identidade social é baseada em um processo de auto categorização em que os indivíduos se agrupam cognitivamente com os iguais, em contraste com algumas outras classes de coletivos. Nesta base, a uniformidade e a coordenação do comportamento do grupo emergem. No entanto, Bar-Tal (1998) e Turner

(1991;1999) ressaltam que, embora a auto categorização seja para a autodefinição como um membro da sociedade, é somente a fase inicial. Deve ser seguido pela aceitação de crenças adicionais que fornecem sentido para a identidade social, necessitando de um sistema elaborado de crenças que justifique e explique sua pertença, descreva suas características e preocupações como membro da sociedade e explique o sentido de sua identidade social. Abelson e Prentice (1989) reconheceram em suas análises, que as crenças podem executar as funções de identificação social.

A contribuição das crenças societais para a formação e manutenção da identidade social é alcançada não somente através dos conteúdos das crenças que caracterizam a sociedade, mas também através da certeza de que são compartilhadas, proporcionando uma sensação de comunalidade, podendo ser traduzida por uma sensação de pertença e coesão. Quando combinados em um *ethos*, estas crenças também são fatores que permitem diferenciar entre as sociedades. Além do mais, tais determinantes, como território, linguagem, costumes, características físicas, o *ethos* caracteriza um coletivo particular e ajuda a demarcar seus limites sociais.

De Marx e Weber à Parsons e Harbemas, tem se concordado que as crenças têm um papel crucial na manutenção do sistema societal. Na maioria dos casos, geralmente não é a natureza das crenças societais instigar a mudança social dramática ou a faísca da revolução, mas manter e fortalecer instituições, símbolos ou valores societais. Nesse sentido, Levinson (1964), observou que toda sociedade precisa compartilhar crenças ou, como ele rotulou, ideologias. Ele sugere que “a estabilidade societal requer que as ideologias mais comuns (modelo) mantidas pelos membros individuais devem ser congruentes e, portanto, servir para manter as normas da estrutura social vigente (p. 307).

As crenças sociais apoiam as visões e metas que a sociedade pretende alcançar no futuro e glorificam o passado. Elas justificam e explicam atos sociais e, em essência, elas fornecem a razão para a estrutura e funcionamento social. O mero fato de que as crenças sociais são compartilhadas fornece a base para a estabilidade e continuidade da sociedade. Existe, de fato, evidências sociais e psicológicas indicando que indivíduos que alcançam uma realidade compartilhada agem de modo a protegê-la e mantê-la (Hardin e Higgins, 1996).

Assim, não é surpreendente que os setores, grupos e indivíduos na sociedade que tem investido interesse na manutenção dos sistemas e estruturas, façam um esforço especial para disseminar crenças sociais através dos canais de comunicação social, dentre eles, as instituições educacionais. Mas isso não deve ser entendido no sentido de que as crenças sociais advogam a estagnação completa, elas podem expressar o descontentamento dos membros da sociedade com os vários domínios da vida social e refletir desejo de mudança.

Outra função importante das crenças sociais é motivar e guiar a ação social. Smelser (1962) reconheceu que “em todo o comportamento coletivo existe um tipo de crenças que prepara os participantes para agir” (p. 79), e as crenças “criam uma cultura comum no qual a liderança, mobilização e ação combinada pode ter lugar” (p. 82). Similarmente, Cancian (1975), ao discutir crenças compartilhadas, propôs que elas “afetam comportamentos por especificar quais as ações farão com que os outros validem uma identidade particular. Portanto, crenças que são percebidas como compartilhadas por grupos são relacionadas com a ação, enquanto crenças pessoais de um indivíduo não podem ser” (p.135).

As crenças sociais fornecem muitos dos motivos para o comportamento pessoal. Esses motivos racionalizam, justificam e instruem a direção e tipos de ações que as sociedades tomam. Uma clara instância do uso de crenças sociais para justificar, explicar e motivar para ação pode

ser encontrado na retórica usada pelos líderes. Membros da sociedade necessitam uma lógica para coordenar seu comportamento, porque essa é a necessidade humana básica para se perceber agindo com uma base racional e, assim, existirem razões para o seu comportamento. Líderes são frequentemente, aqueles que fornecem essas razões, e, muitas vezes, baseadas em crenças sociais.

As crenças sociais não só levam à frente a ação, mas também podem vir a justificar ou explicar uma ação passada. Cientistas sociais americanos inicialmente sugeriram que a ação humana era a base do conhecimento social (Mead, 1934; Thomas & Znaniecki, 1918). Dos seus comportamentos, indivíduos aprendiam sobre si mesmo e o ambiente. De outra perspectiva, Bem (1967;1972) também sugeriu que indivíduos, como observadores de seus próprios comportamentos, formam crenças para explicá-los. Assim, podemos concluir que os membros da sociedade também formam crenças sociais depois que um comportamento ocorreu, porque eles querem dar sentido fora da ação realizada.

Crenças comportamentais que emergem desse modo, servem para dar sentido as experiências dos membros da sociedade. Como tal, eles realizam o papel do conhecimento, como foi elaborado anteriormente, na discussão da função epistêmica das crenças sociais. Seguindo o modelo proposto por Bar-Tal (2000) a certeza de compartilhar crenças relacionadas à vida de uma sociedade tem sérias consequências para os seus membros, conforme pode ser visto na Figura 1 (retirado de Bar-Tal, 2000). O modelo sugere que a certeza de que um grupo compartilha crenças evoca duas reações imediatas: confiança nestas crenças e um senso de similaridade. As reações, vistas como variáveis mediadoras, levam a consequências no nível individual e grupal que, mediadas pelo senso de confiança e similaridade, são influenciados por uma matriz de fatores antecedentes.

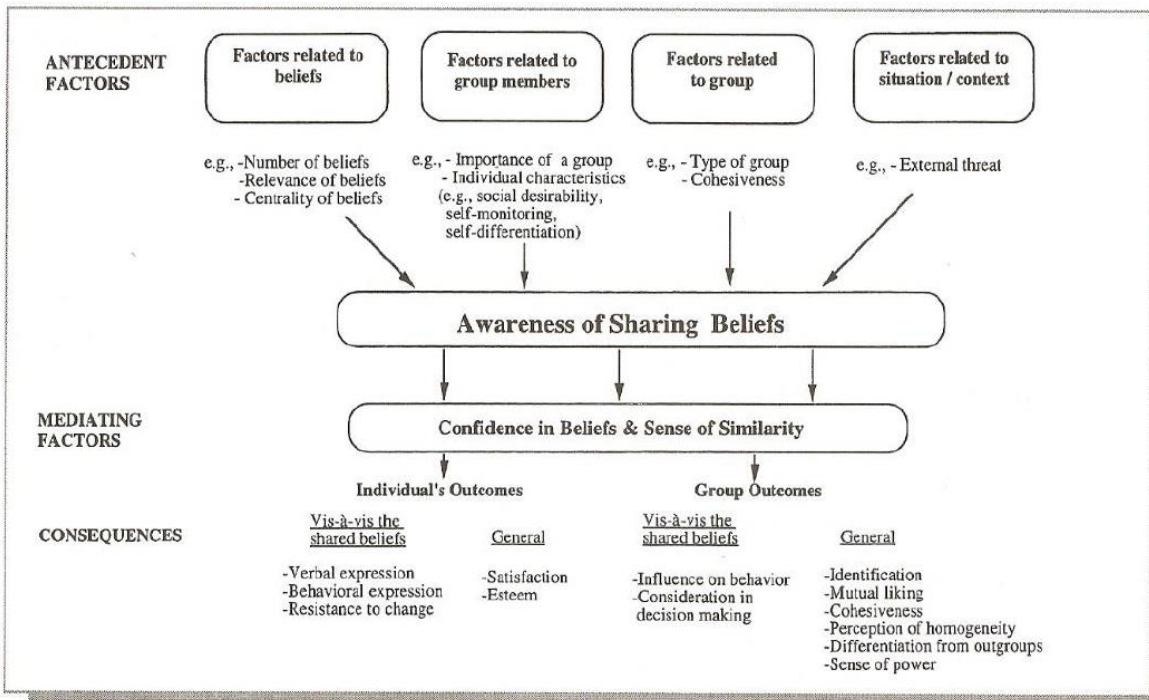


FIGURE 1.1. Model of sharing beliefs in a group

Figura 7- Modelo de Crenças Compartilhadas em um grupo

- Variáveis Mediadoras

Confiança e Similaridade – Em relação à confiança, a certeza pelos membros de um grupo de ter crenças compartilhadas é fundamental na construção da realidade social (Asch, 1952; Festinger, 1954; Mead, 1956; Sherif, 1936). Os indivíduos sentem mais confiança no conhecimento que eles sabem ser compartilhado pelos membros do grupo. A consciência do compartilhamento das crenças valida seu conteúdo e aumenta seu senso de conhecimento. Festinger (1950), chamou esse processo de *validação consensual*, sugerindo que “uma opinião, uma crença ou uma atitude é correta, válida e adequada na extensão em que é ancorado em um grupo de pessoas com crenças, opiniões e atitudes similares” (Bar-Tal, 2000, p. 272-273). Neste sentido, segundo Festinger (1954), os indivíduos tentam ativamente comparar suas crenças com as de outros membros do seu grupo para estabelecer sua própria realidade social: “aquele que

descobre que a maioria dos membros do seu grupo concorda com ele, torna-se altamente confiante de sua opinião, sendo extremamente rara sua mudança” (p.122).

Mais recentemente, Harden e Higgins (1996) e Wittenbrink e Henly (1996), em um levantamento substancial da literatura e em um estudo empírico respectivamente, indicaram que uma vez que são encontradas, as crenças compartilhadas atingem o status de realidade objetiva. Em estudo com estudantes, observou-se que, quando eles respondiam itens acerca de pessoas negras somente baseados em sua opinião, eles relataram mais de seus próprios estereótipos e avaliação negativos, do que quando eram fornecidas informações discordantes acerca das crenças dos outros. Os autores sugerem que crenças compartilhadas oferecem padrões de significado potencial do mundo que nos rodeia. Além do aumento de confiança nas crenças compartilhadas, o compartilhamento das crenças é a base do senso de similaridade (Byrne, 1961), ajudando a manter o grupo (Cartwright & Zander, 1968).

- Consequências

Consequências Individuais – A primeira categoria de consequências individuais é dividida entre resultados *vis-à-vis* (face-a-face) e resultados gerais. O primeiro se refere aos efeitos que a certeza de compartilhar tem sobre as crenças particulares armazenadas, influenciando no modo que estas crenças são mantidas pelos membros do grupo. Tal certeza, pode-se presumir, faz essas crenças mais resistentes a mudanças, assim como aumenta a probabilidade de serem expressas verbalmente refletindo em comportamento. Como McGuire (1964) demonstrou, crenças que são amplamente compartilhadas no meio social da pessoa são resistentes à persuasão, sendo difícil mudá-las.

Descoberta similar foi obtida por Greenberg (1963). Em seu experimento, metade dos participantes recebeu informação tornando-os cientes de que suas crenças eram compartilhadas com seu grupo, enquanto os outros não receberam esta informação. Subsequentemente, uma comunicação persuasiva visando mudar estas crenças foi apresentada aos participantes. Os resultados mostraram que a comunicação persuasiva foi menos efetiva na mudança de crenças quando os indivíduos estavam cientes de que o seu grupo compartilhava suas crenças. O presente modelo também sugere que membros do grupo frequentemente expressam mais crenças compartilhadas validadas do que não validadas e aparentemente não compartilhadas. Crenças compartilhadas validadas tornam-se acessíveis e facilitam a comunicação entre os membros do grupo, o que requer compreensão mútua, orientação cooperativa, perspectiva mútua e concordância comum sobre as regras (Cushman & Whiting, 1972; Rommetveit, 1974).

A segunda subcategoria de resultados individuais se refere aos efeitos gerais que a certeza de compartilhar crenças tem sobre os membros do grupo, sendo proposto que tal certeza indica para os membros do grupo que eles têm crenças válidas e que eles são parte de uma sociedade. Esse reconhecimento leva a sentimentos gerais de autossatisfação e autoestima. Uma vez que os indivíduos são motivados para validar suas crenças, as crenças não validadas causam ambiguidade e incerteza – sentimentos que são desprazerosos e desconfortáveis.

Consequências Grupais – A segunda categoria de consequências do compartilhamento de crenças também é dividida em resultado vis-à-vis (face a face) e resultados gerais. O primeiro refere aos efeitos que a certeza de compartilhar crenças tem sobre estas crenças no contexto do grupo, sendo proposto que uma vez que são percebidas como válidas, elas influenciam os comportamentos do grupo e são consideradas relevantes nas tomadas de decisão do grupo. Um grupo é guiado por suas crenças compartilhadas porque elas mostram a direção da ação desejada.

Assim, líderes do grupo as levam em consideração e as usam para justificar suas decisões. A outra subcategoria de resultados, refere-se aos efeitos sobre as crenças compartilhadas em particular. Especialmente, confiança e senso de similaridade podem aumentar os seguintes fatores: identificação com o grupo, coesão, interdependência, simpatia mútua, percepção de homogeneidade, diferença de outros grupos, pressão para se conformar e senso de poder para influência social. Essas são consequências poderosas que tem efeito formativo sobre o funcionamento do grupo.

A certeza de compartilhar crenças constitui em si um mecanismo de influência social. O sentimento de que as crenças são compartilhadas pela maioria dos membros do grupo leva a uma sensação de adequação e uma vontade de transmitir essa informação para todos os membros do grupo. Uma direção desta influência está refletida na pressão para o conformismo. Um grupo consensual cria pressão sobre os membros do grupo para buscar o consenso (Festinger, 1950).

Embora os membros do grupo frequentemente adotem de bom grado as crenças prevalentes do grupo por aceitá-las como válidas, nem sempre isso acontece. Nesses casos, os membros do grupo que estão cientes de compartilhar as crenças podem exercer pressão sobre os desviantes. Como Turner (1991), com base na revisão de estudos, observou:

Quanto maior consenso do grupo e quanto maior o isolamento do indivíduo (isto é, quanto menos os outros concordarem com o desviante), maior o poder do grupo em definir a realidade, induzir autodúvidas no desviante, assim como a competência e pressão social, ameaçando-o com o ridículo e a rejeição por ser desviante. (pp. 43-44).

Ao estudar o efeito da coesão de um grupo, Festinger, Gerard, Humovith, Kelley e Raven (1952), manipularam a notificação aos participantes do estudo de que eles compartilhavam as crenças com os membros de seu grupo. Os resultados mostraram que compartilhar crenças

aumentou a simpatia entre os membros do grupo. Mas de especial importância, foi a descoberta de que em grupos cujos membros sabiam que compartilhavam as crenças, houve maior pressão para a uniformidade do que em grupos que não compartilhavam crenças. No primeiro grupo, os membros fizeram grande esforço para mudar a opinião daqueles cujas opiniões eram desviantes do grupo. Gerald (1954) replicou estes resultados, encontrando que membros de grupos nesta condição ancoravam suas opiniões baseando-se no seu grupo. Isto é, eles foram afetados pelo que outros membros do grupo disseram ou fizeram. Esta ancoragem, de acordo com Gerald, “fornece ao indivíduo um certo nível de suporte para sua opinião, por isso, certo nível de validade subjetiva” (p. 34).

Ao longo desta mesma linha, Hogg e Turner (1987) reportaram uma série de experimentos usando o paradigma de Crutchfield (1955) para estudar a conformidade. Neste estudo, os participantes foram levados a acreditar que outros participantes do estudo eram membros do grupo com crenças semelhantes ou membros de outros grupos com crenças diferentes. Os resultados mostraram que a categorização como membro do grupo e a certeza em compartilhar crenças aumentaram a conformidade. Além disso, o estudo demonstrou que a conformidade emerge na ausência de membros do grupo e persiste na ausência de uma referência social direta. Portanto, a conformidade aparece para representar aceitação privada das crenças prevalentes no grupo. Como o autor observou, a certeza de compartilhar crenças, ou as *normas*, fornece validação consensual para a percepção, julgamentos, crenças e assim por diante e, conseqüentemente, sendo percebidas como objetivamente apropriadas.

Além disso, a certeza de compartilhar crenças instiga uma sensação geral de poder entre os membros do grupo com base no senso de similaridade despertado, que indica união e solidariedade e, com base na confiança nessas crenças, desperta um senso de adequação. Membros

do grupo sentem-se fortes e influentes, acreditam que estão certos em suas opiniões e podem influenciar a tomada de decisão de seus líderes e o curso da ação do grupo.

- Fatores Antecedentes

As consequências de compartilhar crenças variam em função de quatro tipos de fatores antecedentes: fatores relacionados às crenças; aos indivíduos; ao grupo/sociedade e; à situação/contexto.

Os fatores relacionados às crenças dizem respeito tanto a quantidade, como a qualidade das crenças compartilhadas. Variáveis como número de crenças compartilhadas, relevância das crenças compartilhadas para o indivíduo e/ou vida do grupo, ou centralidade da influência das crenças compartilhadas, influenciam nas consequências acima descritas de terem estas crenças em comum. Elas afetam diretamente a identificação dos membros do grupo, seu sentimento de similaridade e seu senso de importância de compartilhar crenças. Assim, quanto mais crenças são compartilhadas em um grupo, mais relevante e centrais elas são – e mais influente em suas consequências.

O segundo grupo de fatores está relacionado às características pessoais dos membros do grupo. As consequências de compartilhar crenças variam em função destas características pessoais que afetam, por exemplo, a conformidade ou sensibilidade da informação. Pode-se presumir que indivíduos que tem tendência para se conformar e são sensíveis à informação sobre outros membros do grupo, serão especialmente afetados pela percepção de que outros membros da sociedade compartilham suas crenças.

Pelo menos três características estão relacionadas às tendências acima mencionadas: desejabilidade social, autocontrole e auto diferenciação. A desejabilidade social se refere a tendência para concordar com os outros, para receber aprovação social e evitar sanções negativas

(Crowne & Malowe, 1964; Edwards, 1957). Indivíduos que tem alta taxa de desejabilidade social, são mais conformados, mais facilmente persuadidos, mais dependentes das normas do grupo e mais confiantes nas opiniões dos membros do grupo, do que indivíduos com baixa desejabilidade social.

O autocontrole se refere ao modo como os indivíduos usam a informação em situações sociais (Snyder, 1979). A pessoa com maior autocontrole é sensível às normas sociais, situações e a estímulos interpessoais sobre como se comportar. Em contraste, pessoas com baixo autocontrole são menos atentos para a informação pessoal vinda de outra pessoa e recorre à sua própria informação interna geral. Assim, em comparação ao baixo autocontrole, o alto autocontrole tem um grande efeito para aprender com outras pessoas e são mais suscetíveis a adequar as suas crenças, atitudes e comportamentos para atender as demandas da situação social.

Auto diferenciação é a tendência para diferenciar a si mesmo de seu grupo e construir um auto esquema único (Brewer, 1991; Jarymowicz, 1991, 1998). Enquanto indivíduos com baixa auto diferenciação definem e descrevem a si mesmo em termos do grupo do qual ele é membro, indivíduos com alta auto diferenciação vê a si mesmo como único e, assim, define e descreve a si mesmo em termos diferentes de seu grupo. O primeiro grupo de indivíduos é mais sintonizado para perceber características do grupo do que ou outro. Essa descrição implica que alta desejabilidade social, alto autocontrole e baixa auto diferenciação intensificam e ampliam os efeitos de informação sobre compartilhar crenças com outros membros do grupo. Além disso, o modelo assume que a força das consequências é também influenciada por quão importante é a adesão ao grupo para o indivíduo. Membros do grupo que atribuem grande importância a ser membro do grupo são especialmente afetados pela certeza que outros membros do grupo compartilham suas crenças.

O terceiro grupo de fatores se relaciona às características do grupo. Variáveis tais como, tipo do grupo, nível de coesão ou extensão de crenças compartilhadas pelo grupo, influenciam as consequências de compartilhar crenças. Coesão, compartilhamento de crenças em grande extensão e um grupo autocrítico, aumentam a pressão de um grupo sobre o indivíduo para se conformar, portanto, a certeza de compartilhar crenças aumenta suas consequências.

Finalmente, o quarto grupo de fatores é relacionado à situação ou contexto em que os membros do grupo compartilham suas crenças: situações diferentes, tais como ameaças externas, podem aumentar o sentimento de solidariedade e pressão ao conformismo. Assim, nesta situação, a certeza de compartilhar crenças tem consequências especialmente aumentadas.

Dois estudos foram desenvolvidos para testar este modelo (Bar-Tal, Ravin, Rosen & Bruker, 1999). O primeiro estudo foi feito com membros de um kibutz e o segundo realizado com membros de um grupo de escoteiros com idade entre 12 e 13 anos. Os resultados de ambos os estudos mostraram que, quando os respondentes se tornam cientes de que a maioria dos membros (80%) de seu grupo compartilham suas crenças, eles relatam maior confiança nas crenças, maior satisfação pessoal, maior sentimento de similaridade com os membros do grupo, maior identificação com o grupo e maior orgulho em pertencer ao grupo, do que quando eles têm certeza de que a minoria dos membros do grupo (20%) compartilha suas crenças. O primeiro estudo mostrou que esse efeito aumenta os sentimentos de solidariedade entre os membros do grupo, e o segundo, aumentou a importância das crenças para os membros do grupo.

Em suma, as provas existentes indicam, sem equívocos, que a certeza de compartilhar crenças em um grupo é um mecanismo social importante, com cruciais implicações sociais e psicológicas, influenciando membros do grupo, indivíduos e o grupo em si em relação às crenças dos membros do grupo e as atitudes em relação às suas crenças compartilhadas, bem como seus

comportamentos e funcionamento do grupo. Essa influência varia em função de uma série de variáveis relacionadas à natureza de suas crenças compartilhadas, características dos membros do grupo que compartilham as crenças, característica do grupo e a natureza do contexto do grupo. Esses resultados apontam o poder de compartilhar crenças em cada grupo, grande ou pequeno. Assim, torna-se relevante o estudo da conformidade e influências minoritárias.

A mudança das crenças sociais depende de vários fatores sociais internos – entre eles, a disponibilidade de informação livre, a extensão e o tipo de pressão para o conformismo e a disponibilidade dos canais de comunicação entre os membros da sociedade. A livre circulação de informação na sociedade, baixa pressão ao conformismo e a disponibilidade de vários canais de comunicação na sociedade, facilitam a mudança das crenças sociais. Vários exemplos sugerem que crenças sociais são representações dinâmicas compartilhadas que refletem as condições políticas, econômicas e culturais da sociedade. Quando as condições mudam, mudam também as crenças sociais. Mas, ao mesmo tempo, deve ser lembrado que as crenças sociais são responsáveis, em certa medida, para as condições políticas econômicas e culturais prevalentes na sociedade. Membros da sociedade que mantêm uma particular crença social, veem seu mundo de modo particular e agem para manter a condição que preservar a sua visão de mundo. Assim, crenças sociais e condições sociais são entrelaçadas. Uma mudança nas condições sociais leva a mudança nas crenças sociais, e a mudança nas crenças sociais, leva a mudança nas condições sociais.

Com base nos dados coletados em duas dezenas de sociedades em volta do mundo sobre mudanças culturais, Iglerhart (1990, em Bar-Tal, 2000) concluiu que as sociedades diferem nas crenças, valores, atitudes e comportamentos, mesmo quando suas condições são similares. Isso significa, de acordo com Iglerhart, que as sociedades atribuem significados diferentes para

situações similares por causa das experiências históricas diferentes. Estudando dados coletados pelo período de 15 anos (1973-1988) e o rastreamento de dados dos anos 1950, Iglerhart encontrou a durabilidade nas crenças sociais. A maioria das crenças não se alterou imediatamente, mas iniciou a mudança gradual ao longo dos anos: “a mudança em um componente cultural da visão de mundo das pessoas parece ter lugar, em grande parte, quando uma geração substitui a outra” (p. 443). As gerações jovens adotam mais e mais valores pós materialistas, que indicam uma orientação mais ampla para as questões como o ambiente e poder nuclear, para os papéis femininos, homossexualidade ou divórcio, visão política ou motivação para trabalhar. Mudanças econômicas, tecnológicas e políticas têm criado diferentes experiências para as gerações jovens. Essas experiências afetam o sistema de crenças dos membros da sociedade.

1.2 – PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

Considerando, conforme Bar-Tal (2000), a importância das crenças compartilhadas para fornecer explicações, dar coerência e organizar o conhecimento sobre a sociedade, além de dar sentido as experiências vividas (função epistêmica); de formação e manutenção da identidade social; preservar e manter o sistema social e; orientar para a ação através da racionalização e justificação do comportamento, para pensar em qualquer intervenção acerca da violência e outras vulnerabilidades, se faz necessário conhecer seu esquema de formação e compartilhamento das crenças. Para tanto, se tomará como base o modelo de crenças compartilhadas de Bar-Tal, (2000), que sugere que a certeza de que um grupo compartilha crenças evoca duas reações imediatas: confiança nestas crenças e um senso de similaridade. As reações, vistas como variáveis

mediadoras, levam a consequências no nível individual e grupal que, mediadas pelo senso de confiança e similaridade, são influenciados por uma matriz de fatores antecedentes.

A certeza no compartilhamento das crenças no grupo se dá a partir de aspectos (variáveis antecedentes) referentes às próprias crenças de mulheres vítimas de violência; referente aos membros do grupo; ao próprio grupo e aos aspectos contextuais e situacionais. Os aspectos relacionados às crenças se referem a quantidade e qualidade das crenças (número, relevância, centralidade) que influenciam no comportamento, ou seja, refere-se ao quanto e como concordam com as crenças compartilhadas pelo grupo. As características pessoais dos membros afetam a conformidade no grupo ou sensibilidade da informação. Neste sentido, aqueles indivíduos que têm mais tendência a se conformar e maior sensibilidade à informação sobre os membros do grupo serão mais afetados pelas crenças do grupo. Desta forma, pode-se inferir que quanto maior a deseabilidade social, o autocontrole e a auto diferenciação, maior será o efeito da persuasão feita pelo grupo, maior a dependência às normas grupais e maior a confiança nas opiniões do grupo.

Os aspectos referentes à característica do grupo podem ser exemplificados pelo tipo de grupo e pela coesão existente. Neste caso, pode-se inferir que, quanto maior a coesão, o compartilhamento de crenças no grupo em grande extensão e um grupo autocrítico, aumenta a pressão do grupo sobre os indivíduos para se conformar. Por fim, referindo ao contexto ou situação do compartilhamento de crenças, pode-se dizer que situações diferentes, tais como ameaças externas, aumentam o sentimento de solidariedade e pressão ao conformismo.

A certeza da validação consensual das crenças pelo grupo de pertença, mediada pela confiança nas crenças e sensação de similaridade (variáveis mediadoras) garantirá aos indivíduos a confiança no conhecimento do grupo, além de um senso de similaridade que, com base na confiança, proporcionará um senso de adequação estabelecendo uma realidade objetiva difícil de

ser mudada. Este aspecto terá consequências tanto individuais, quanto grupais (variáveis consequentes). Em relação às consequências individuais, espera-se que quanto mais cientes as pessoas estiverem do compartilhamento das crenças, maior o sentimento de satisfação e autoestima. No entanto, aumenta a dificuldade de persuasão para a mudança de atitudes. As consequências grupais terão influência na tomada de decisão indicando a direção desejada para agir. Neste caso, se verifica maior a identificação com o grupo, coesão, interdependência, pressão para o conformismo e sensação de poder para a influência social.

Esses conteúdos são identificáveis e podem servir como unidade de análise bem definida, podendo ser estudada de diferentes maneiras, por diferentes métodos de pesquisa, através de questionários e através da análise do conteúdo dos produtos da sociedade. Um exemplo do uso de análise de conteúdo é o estudo que investigou a prevalência de crenças sociais do *ethos* conflituoso em livros escolares usados por estudantes israelis (Bar-Tal, 1998).

A manutenção e reprodução das crenças sociais em relação ao discurso cultural dominante no que se refere às relações de gênero são cristalizações de significados que operam como organizadores de sentido no agir, pensar e sentir dos homens e mulheres que conformam esta sociedade, sustentando a orientação e legitimação de suas instituições. Assim, produzem narrativas morais, religiosas e científicas que legitimam – geralmente naturalizando – esta situação. É preciso considerar que, se anteriormente a dependência econômica, a ignorância intelectual e a passividade foram condições materiais que possibilitaram a permanência da mulher na subordinação, atualmente se dá através do controle das subjetividades, estabelecendo formas de dependência mais invisíveis, porém não menos eficazes. Hipotetiza-se, portanto, que estas crenças são apropriadas subjetivamente pelas pessoas, mais comumente mulheres, que passam a

acreditar que é o certo, não obstante, é causa de sofrimento psíquico e fragilidade, denominado aqui de violência subjetiva.

A fragilidade imposta pela violência subjetiva, no modelo proposto, seria um fator de vulnerabilidade antecedendo outros tipos de violências, a exemplo da física (como golpes, tapas, chutes, tentativas de estrangulamento e queimaduras, quebras de objetos favoritos, móveis, ameaças de ferir os filhos ou outros membros da família), sexual (coerção sexual) e psicológica (um padrão repetitivo, de controle e dominação, menosprezo, intimidações e humilhação constantes).

A partir destas premissas, propôs-se a realização de **dois estudos** que tem como **objetivo geral** analisar as crenças sociais acerca da violência de gênero. Para tanto tem como **objetivos específicos**:

- a) Avaliar os parâmetros psicométricos da escala de Crenças Sociais de Legitimação das Violências de Gênero para população adulta (Artigo 1);
- b) Identificar a tipologia modal das crenças sociais acerca da violência de gênero e verificar a influência das variáveis socioeconômicas e institucionais associadas (Artigo2).

II – ESTUDOS EMPÍRICOS: CONSTRUÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DE CRENÇAS LEGITIMADORAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos: evidências psicométricas

Gender Violence Legitimizing Belief scale for Adults: Psychometric Evidence

RESUMO

OBJETIVO: Avaliar os parâmetros psicométricos da escala de Crenças Societais de Legitimação das Violências de Gênero para a população adulta. **MÉTODO:** A partir de um estudo anterior, onde foi aplicada a Técnica de Associação Livre de Palavras a 201 estudantes do ensino médio, foram construídos 61 itens, agrupados em um questionário com cinco subescalas, cada uma representativa de um tipo de violência, como descrito na Lei Maria da Penha. Posteriormente, o questionário foi aplicado a uma amostra de 202 adultos. Foi utilizado Análise Fatorial pelo método dos Componentes Principais e o alfa de *Cronbach* para avaliar os índices de consistência interna. A análise de variância e a comparação de médias (par a par) foi feita pela análise de variância one-way (ANOVA), verificando-se a significância das diferenças pelo teste de Tukey. **RESULTADOS:** Obteve-se uma estrutura unifatorial para todas as subescalas: (1) Violência Sexual, 13 itens explicando 41,4% da variância e Alpha de Cronbach de 0,858; (2) Violência Psicológica, 14 itens explicando 39,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,871; (3) Violência Física, 13 itens explicando 40,8% da variância e Alpha de Cronbach de 0,849; (4) Violência Patrimonial, 08 itens explicando 46,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,820; e (5) Violência Moral, 12 itens explicando 43,3% da variância e Alpha de Cronbach de 0,849. A análise de variância (ANOVA) e o Teste de Tukey apontou significância das diferenças entre as médias dos itens. **CONCLUSÃO:** Apesar da necessidade de coletar mais informações que suportem essas propriedades psicométricas, principalmente no aumento da variabilidade de respostas, os resultados apontam evidências de validade de conteúdo e de critério, assim como consistência interna da medida.

Palavras-chaves: psicometria; violência; crenças; gênero.

ABSTRACT

OBJECTIVE: To assess psychometric parameters of the Societal Beliefs of Gender Violence Legitimation scale for adults. **METHOD:** Based on a previous study, where the Technique of Free Association of Words was applied to 201 high school students, 61 items were constructed, grouped into a questionnaire with five subscales, each representative of a type of violence, as described in Maria da Penha Law. Subsequently, the questionnaire was applied to a sample of 202 adults. Factor analysis was used by the Main Components method and Cronbach's alpha to evaluate the internal consistency indexes. The analysis of variance and comparison of means (pair by pair) was made by one-way variance analysis (ANOVA), verifying the significance of the differences by the Tukey test. **RESULTS:** A unifactorial structure was obtained for all subscales: (1) Sexual Violence, 13 items explaining 41.4% of variance and Cronbach's Alpha of 0.858; (2) Psychological Violence, 14 items explaining 39.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.871; (3) Physical Violence, 13 items explaining 40.8% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849; (4) Patrimonial Violence, 08 items explaining 46.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.820; and (5) Moral Violence, 12 items explaining 43.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849. The analysis of variance (ANOVA) and the Tukey test pointed out significance of the differences between the means of the items. **CONCLUSION:** Despite the need to collect more information that supports these psychometric properties, mainly in the increase of response variability, the results point out evidence of content and criterion validity, as well as internal consistency of the measure.

Violence, 14 items explaining 39.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.871; (3) Physical Violence, 13 items explaining 40.8% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849; (4) Property violence, 08 items explaining 46.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.820; and (5) Moral Violence, 12 items explaining 43.3% of variance and Cronbach's Alpha of 0.849. The analysis of variance (ANOVA) and the Tukey Test showed significance of the differences between the means of the items. **CONCLUSION:** Despite the need to collect more information that supports these psychometric properties, especially in increasing the variability of responses, the results indicate evidence of content and criterion validity, as well as internal consistency of the measurement.

Keywords: psychometrics; violence; beliefs; Gender.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um agravo de elevada prevalência e um importante problema de saúde pública, sendo definida na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, desde 1995, como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Desde então, muitos esforços em todo o sistema das Nações Unidas procuraram abordar a violência contra a mulher, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, as resoluções da Assembleia Geral e da Comissão de Direitos Humanos e reuniões da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher (OPAS, 2015).

No Brasil, em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas e passaram a incluir ações integradas, retratadas em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra

as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres (OPM), entre outros (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011,2019).

No entanto, entre 2015 e 2020, com uma grande mudança no cenário político do país, os investimentos destinados a políticas públicas desta natureza diminuíram - de R\$ 139,4 milhões a apenas R\$ 36,5 milhões executados no ano passado. Vale salientar que em 2020, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2021), em decorrência da Pandemia do novo Coronavírus, as mulheres precisaram estar mais tempo em casa com seus parceiros, e a consequência foi o aumento de feminicídios no país. Mesmo diante deste panorama, apenas 30% dos recursos disponíveis para políticas voltadas às mulheres foram utilizados, o menor valor dos últimos cinco anos.

Logo, se faz importante lembrar a Lei 11.340/06 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso. Tal Lei é um marco no combate à violência de gênero no Brasil, ao transformar o ordenamento jurídico brasileiro e expressar o necessário respeito aos direitos humanos das mulheres, tipificando as condutas delitivas. Além disso, essa lei modifica, significativamente, a processualística civil e penal em termos de investigação, procedimentos, apuração e solução para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (Observatório Maria da Penha, acessado em 2021).

Em seu Título II, no Capítulo 1, a Lei Maria da Penha configura a violência doméstica e familiar contra a mulher como:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação, independente de orientação sexual (Artigo 5º).

A Lei classifica, em seu Artigo 7º, as formas de violência contra a mulher em:

Física, qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; psicológica, qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; sexual, qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; patrimonial, qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; moral, qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Artigo 7º).

Recentemente, em 3 de abril de 2020, a Lei nº 13.984 (Brasil, 2020) altera o art. 22 da Lei nº 11.340, para estabelecer como medidas protetivas de urgência nos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. No entanto esta alteração pode ser “uma faca de dois gumes”, uma vez que, ainda que reabilitar o agressor seja essencial na tentativa de modificar crenças e comportamentos socialmente compartilhados, esta mudança não é feita a curto prazo, e estando o agressor em liberdade, a mulher se torna a prisioneira, por sua condição de vulnerabilidade.

Não obstante o amplo debate e dispositivos que buscam proteger a mulher da violência de gênero, os números não arrefecem, constituindo-se enquanto efeito de um processo de estruturação hierárquica da sociedade, cujo surgimento aponta para a utilização de mecanismos que garantem o poder e a hegemonia de grupos de gênero, sobretudo o masculino (Saldanha, 2003). Emerge, assim, que a violência de gênero enquanto consequência da socialização está associada à formação de crenças sociais, definidas por Bar-Tal (2000), como crenças duradouras compartilhadas por membros de uma sociedade, cujos conteúdos são percebidos como caracterizando e influenciando o funcionamento da sociedade.

A mudança das crenças sociais depende de vários fatores sociais internos – entre eles, a disponibilidade de informação livre, a extensão e o tipo de pressão para o conformismo e a disponibilidade dos canais de comunicação entre os membros da sociedade. Quando as condições mudam, mudam também as crenças sociais. Mas, ao mesmo tempo, deve ser lembrado que as crenças sociais são responsáveis, em certa medida, para as condições políticas econômicas e culturais prevalentes na sociedade. Membros da sociedade que mantêm uma particular crença social, veem seu mundo de modo particular e agem para manter a condição que preservar a sua

visão de mundo. Assim, crenças sociais e condições sociais são entrelaçadas. Uma mudança nas condições sociais leva a mudança nas crenças sociais, e a mudança nas crenças sociais, leva a mudança nas condições sociais (Bar-Tal, 2000; Albuquerque, 2019; Saldanha, Silva, Albuquerque & Rabelo, 2020).

A manutenção e reprodução das crenças sociais em relação ao discurso cultural dominante no que se refere às relações de gênero são cristalizações de significados que operam como organizadores de sentido no agir, pensar e sentir dos homens e mulheres que conformam esta sociedade, sustentando a orientação e legitimação de suas instituições. Assim, produzem narrativas morais, religiosas e científicas que legitima – geralmente naturalizando – esta situação. Sendo assim, se faz necessário conhecer as crenças sociais que perpassam, toleram e justificam as condutas agressivas atuando na perpetração da violência. Neste sentido, se tem como objetivo avaliar os parâmetros psicométricos da escala de Crenças Sociais de Legitimação das Violências de Gênero para a população adulta.

2. Método

A base deste estudo advém de um estudo anterior, integrante de um projeto maior em conjunto com Albuquerque (2019). No estudo anterior aplicou-se a Técnica de Associação Livre de Palavras, contendo cinco *primings* - cada um correspondendo a uma história fictícia sobre um tipo de violência – Sexual, Física, Patrimonial, Moral e Psicológica - enquanto estímulos indutores e três perguntas (Apêndice B), a uma amostra de 201 adolescentes estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e privadas da cidade de João Pessoa-PB.

Desta feita, a partir da técnica de categorização de conteúdo das respostas dadas, foram construídos os 61 itens da escala aplicada neste estudo, previamente determinado em cinco subescalas, referentes aos tipos de violência com base na Lei Maria da Penha. A análise semântica

dos itens (Cronbach, 1996; Pasquali, 1999) seguiram quatro etapas: (1) Aprofundamento sobre o tema da violência de gênero e sua legitimação a partir de leitura da literatura científica pertinente; (2) Levantamento de crenças legitimadoras da violência de gênero, (3) Análise dos juízes, onde peritos relacionados a área do construto avaliaram e opinaram sobre a escala, 4) Entrevista com pequenos grupos de adolescentes, onde os itens foram apresentados a partir da técnica de *brainstorming*.

Obteve-se 61 itens, agrupados em cinco subescalas pré-determinadas, os quais contemplam aspectos referentes aos cinco tipos de violência contra a mulher descritos na Lei Maria da Penha (Apêndice C): (1) Subescala de Violência Sexual com 13 itens; (2) Subescala de Violência Psicológica, 13 itens; (3) Subescala de Violência Física, também com 13 itens; (4) Subescala de Violência Patrimonial com 11 itens; e (5) Subescala de Violência Moral, com 11 itens. Para as respostas, foi utilizada escala do tipo *Likert* de cinco pontos, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente).

O instrumento foi, então, aplicado em modalidade online, com participação individual, a uma amostra de 202 participantes brasileiros adultos, sendo 59,9% do sexo feminino, com idade variando de 19 a 59 anos, onde 68% encontravam-se na faixa etária de 18 a 29 anos, autodeclarados negros ou pardos (52%), solteiros ou separados (70%), com renda familiar variando entre 1 e 4 salários-mínimos (55,9%) ou mais (22,7%), baixa religiosidade (74%) e alta escolaridade (47% ensino superior incompleto e 45% superior completo). Todos foram informados acerca do anonimato e do direito de não participação da pesquisa, obedecendo todos os parâmetros éticos relacionados a pesquisas com seres humanos, de acordo com a Resolução 4.66/12 do Conselho Nacional de Saúde (Anexo A).

O banco de dados foi construído mediante utilização do programa computacional estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Science, versão 23). Análises preliminares não identificaram casos faltosos (*missing values*), bem como foram encontrados apenas *outliers* moderados que foram mantidos após verificação de que não interferiam nas variáveis.

As cinco subescalas foram analisadas de forma independente. Para averiguação da fatorabilidade da matriz de correlações entre os itens desta medida, decorreu-se à comprovação do índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) bem como ao teste de esfericidade de Bartlett. O KMO investiga as correlações parciais das variáveis, sendo aceitos índices iguais ou superiores a 0,6 (Tabachnick & Fidell, 1996). O teste de esfericidade de Bartlett objetiva comprovar a hipótese de que a matriz de covariâncias é uma matriz de identidade.

As extrações fatoriais realizaram-se através do método dos Componentes Principais, onde foram considerados os itens com comunalidade e cargas fatoriais iguais ou superiores a 0.30, seguindo o indicado por Tabachnick e Fidell (2007). O gráfico *scree plot* foi utilizado como sinalizador na opção do número de fatores a serem extraídos. Para avaliar os índices de consistência interna dos fatores utilizou-se o alfa de *Cronbach*. A análise de variância e a comparação de médias (par a par) foi feita pela análise de variância one-way (ANOVA), verificando-se a significância das diferenças pelo teste de Tukey.

3. Resultados e Discussão

Uma análise fatorial pelo método dos componentes principais (KMO=0,889 e Teste de esfericidade de Bartlett, $X^2_{(1830)} = 9317,748$; $p < 0,000$) com a inclusão de todos os itens do instrumento, obteve explicação da variância total de 71,63 em 14 componentes fatoriais (cargas fatoriais variando entre 0,40 e 0,75), com valor próprio acima de um (01). No entanto, através do

Gráfico *Scree*, foi evidenciada uma estrutura unifatorial explicando 35% da variância (valor próprio = 21,6) com ótima consistência interna ($\text{Alpha}=0,963$). Ao comparar as médias dos itens (*par a par*) pela análise de variância one-way – ANOVA ($F=462,48$; $p=,000$), verificou-se a significância das diferenças pelo teste de Tukey ($p=,000$). Não obstante, interessou reunir evidências psicométricas das subescalas de forma independente.

3.1 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Sexual

Com a finalidade de se averiguar a fatorabilidade da matriz de correlações entre os itens desta medida, procedeu-se à comprovação do índice Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e ao teste de esfericidade de Bartlett. O primeiro trabalha com as correlações parciais das variáveis, devendo ser aceitos índices iguais ou superiores a 0,6 (Tabachnick & Fidell, 2007). O segundo, por outro lado, comprova a hipótese de que a matriz de covariâncias é uma matriz de identidade. Para avaliar a adequação da fatorabilidade, analisaram-se os resultados do teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que, ao apresentar o resultado de 0,85, foi considerado adequado, bem como o teste de esfericidade de Bartlett, trazendo um resultado significativo: $\chi^2 (78) = 1003,095$ $p < 0,001$. Ambas as análises sugeriram a rejeição da hipótese nula, concluindo-se a correlação significativa entre as variáveis, podendo prosseguir com a análise fatorial.

O resultado da análise fatorial de Componentes Principais, sem fixação do número de fatores, resultou na extração de 3 componentes, os quais explicavam 58,6% da variância total, com valor próprio de 5,38; 1,207; 1,03, respectivamente. Todavia, considerando os critérios pré-determinados, ao observar o gráfico *Scree* (Figura 2) em conjunto com as cargas fatoriais, já antecipado pelos índices dos valores próprios, verificou-se uma estrutura unifatorial.

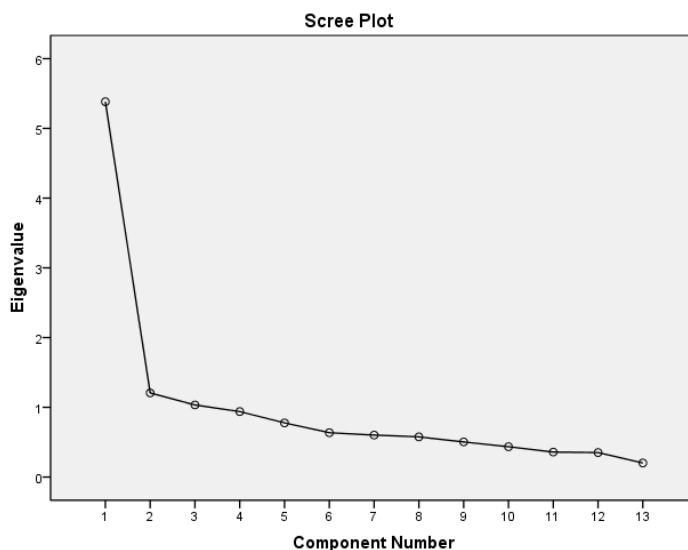


Figura 8- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Sexual

Desta feita, mantiveram-se os 13 itens, que explicaram 41,4% da variância total do construto investigado, com valor próprio de 5,38, índices de comunalidade variando entre 0,441 (VS2) e 0,753 (VS3), com cargas fatoriais decrescendo de 0,767 a 0,511, portanto, todos os itens acima do ponto de corte critério (0,30). A consistência interna da medida de Violência Sexual foi adequada, apresentando Alpha de Cronbach de 0,858. O resultado de análise de variância ($F=84135$, $p= 0,00$) e a comparação de médias *par a par* (ANOVA), aferem a significância das diferenças pelo teste de Tukey ($p=0,00$). Estes dados podem ser observados na Tabela 1.

Item	Carga Fatorial	h^2
VS8 - Mesmo que um homem não queira forçar uma mulher a fazer sexo, às vezes ele não consegue segurar seus instintos.	,774	,605
VS6 -Por mais que a mulher diga que não quer, muitas vezes isso é apenas um joguinho pra o sexo ficar mais quente.	,767	,606
VS9 - Uma esposa deve sempre fazer sexo com seu marido mesmo quando não está com vontade.	,757	,586
VS7 - É instinto masculino passar a mão em uma mulher que se veste de forma provocante.	,714	,612

VS4 - Se uma mulher sai sozinha de uma festa às 3h da manhã, ela tem responsabilidade se for estuprada.	,712	,562
VS12 - Uma mulher que resolve fazer sexo com três homens ao mesmo tempo não tem moral pra dizer não caso eles queiram chamar mais amigos.	,634	,636
VS5 - Um homem não tem obrigação de parar o sexo, quando no meio da relação, a sua namorada diz que não quer mais.	,616	,613
VS13 - É comum passar a mão nos seios ou bumbum de uma mulher desconhecida em uma festa lotada.	,611	,623
VS11 - É mais grave um ato sexual não permitido com penetração, do que gozar no braço de uma mulher sem sua permissão dentro de um ônibus.	,601	,590
VS10 - Se uma garota de programa se recusa a continuar fazendo sexo com um cliente, ele não tem obrigação de parar, já que está pagando.	,572	,537
VS2 - Se a mulher usa roupas curtas, pode significar que ela deseja fazer sexo.	,531	,441
VS1 - Uma mulher que usa roupas decotadas e curtas tem maior possibilidade de ser estuprada do que uma mulher que usa roupas recatadas recatada.	,511	,459
VS3 - Se uma mulher estiver bêbada é responsabilidade dela se um homem quiser fazer sexo com ela.	,470	,753
Eingevalue	5,38	
% de variância explicada	58,6%	
Alfa de Cronbach	,858	

Tabela 1- Subescala de Violência Sexual: Estrutura Fatorial dos itens

Os itens que compõem a subescala de Violência Sexual abordam crenças que justificam e aceitam o comportamento do homem que estaria embasado na culpa atribuída à mulher por se comportar de maneira inadequada, além de uma naturalização de atos como sendo inatos ao gênero masculino. A estrutura unifatorial, composta por 13 itens, reuniu evidências empíricas satisfatória acerca de sua estrutura fatorial e consistência interna na medida das crenças acerca da violência sexual. Entendendo, segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não

desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

3.2 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Psicológica

A adequação da fatorabilidade foi verificada a partir dos resultados do teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que indicou adequação ($KMO=0,865$; $p= 0,00$), bem como o teste de esfericidade de Bartlett, trazendo um resultado significativo: $\chi^2 (78) = 1016,408$ $p < 0,001$. Ambas as análises sugeriram a rejeição da hipótese nula, concluindo-se a correlação significativa entre as variáveis, podendo prosseguir com a análise fatorial.

O resultado da análise fatorial de Componentes Principais, sem fixação do número de fatores, do conjunto de 13 itens, resultou na extração de 4 componentes, os quais explicavam 59,27% da variância total, com valor próprio de 5,40; 1,25; 1,05, respectivamente. Entretanto, considerando os critérios pré-determinados, ao observar o gráfico *Scree* (Figura 3) em conjunto com as cargas fatoriais, já antecipado pelos índices dos valores próprios, verificou-se uma estrutura unifatorial.

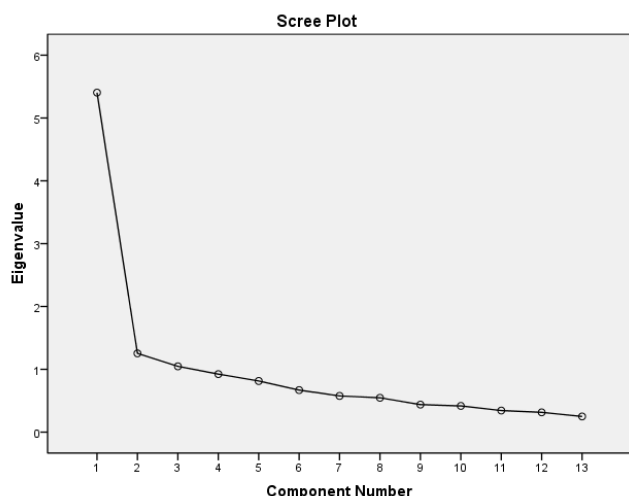


Figura 9 - Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Psicológica

Foram mantidos os 13 itens em um componente fatorial que explicou 41,6% da variância total do construto investigado, com valor próprio de 5,40, índices de comunalidade variando entre 0,47 (VPSI1) e 0,71 (VPSI3), com cargas fatoriais decrescendo de 0,774 a 0,454, todos os itens acima do ponto de corte critério (0,35). A consistência interna da medida de Violência Psicológica foi adequada, apresentando Alpha de Cronbach de 0,863. O resultado de análise de variância ($F=95,140$; $p=0,00$) e a comparação de médias *par a par* (ANOVA), aferem a significância das diferenças pelo teste de Tukey ($p=0,00$). Estes dados podem ser observados na Tabela 2.

Item	Carga Fatorial	h^2
VPSI13 - É engraçado quando o chefe vive repetindo que o trabalho atrasa porque as mulheres são mais lentas que os homens.	,774	,599
VPSI11 - Quando um homem diz para sua esposa que a traiu porque ela deixou de se cuidar, então ela precisa ser mais vaidosa.	,721	,663
VPSI14 - Se um homem diz que sua mulher está vulgar com aquele decote ou com short curto, é porque ele tem cuidado com ela.	,699	,619
VPSI8 - Uma boa esposa aceita deixar de ter amigos para se dedicar ao casamento.	,693	,494

VPSI9 - Um homem que sempre faz piada sobre como a esposa demora a entender as coisas, é um marido bem-humorado.	,676	,629
VPSI7 - O namorado pode brincar com a namorada comparando-a com uma baleia quando ela coloca um biquíni.	,669	,695
VPSI5 - Se o marido não deixa a esposa sair sozinha, é porque tem cuidado com ela.	,649	,630
VPSI11 - É normal o marido dizer que sua mulher está gorda para incentivá-la a se cuidar.	,642	,470
VPSI10 - É dever do namorado avisar que sua namorada está ridícula com aquela maquiagem.	,642	,492
VPSI6 - Não é nada demais o homem dizer para sua esposa que ela é ridícula dançando.	,589	,660
VPSI3 - Uma mulher que diz que desenvolveu depressão porque sofria humilhações do marido, está se fazendo de vítima.	,576	,708
VPSI2 - Se a mulher é agredida verbalmente e não reclama, é porque não se incomoda.	,532	,676
VPSI4 - Às vezes um homem humilha a sua esposa apenas por ele estar num dia ruim.	,454	,371
Eingevalue	5,40	
% de variância explicada	41,6%	
Alfa de Cronbach	,863	

Tabela 2- Subescala de Violência Psicológica: Estrutura Fatorial dos itens

Os itens que compõem a subescala de Violência Psicológica elencam crenças que, transvestidas de cuidado, são depreciativas em relação, principalmente, a aparência e capacidade intelectual. Estas crenças são justificadas e naturalizadas socialmente, novamente atribuindo à mulher a culpa pelo fato. A estrutura unifatorial, composta por 13 itens, reuniu evidências empíricas satisfatória acerca de sua estrutura e consistência interna na medida das crenças acerca da violência psicológica. Ressaltando a violência psicológica, segundo a Lei nº 13.772, de 2018/11.340/2006 (Brasil, 2006), como qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça,

constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

3.3 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Física

Os resultados observados apoiam a adequação de se utilizar a análise, tendo sido observados os seguintes índices: $KMO=0,87$ e teste de esfericidade de Bartlett, $\chi^2= 974,226$ (78) $p<0,001$. Nesse sentido, procedeu-se a uma análise exploratória de Componentes Principais sem rotação e sem fixação de número de fatores, para o conjunto de itens desta subescala. Ainda que tenha emergido três (03) componentes com auto-valor (*eigenvalues*) acima de um (01), explicando conjuntamente 58,6% da variância total (auto-valor 5,303; 1,284; 1,031 respectivamente), o gráfico *Scree* aponta para uma estrutura unifatorial, com a manutenção dos 13 itens, com comunalidade (h^2) variando entre 0,44 (item VF3) e 0,72 (item VF13), explicando 40,8% da variância total, conforme pode ser visto na Figura 4:

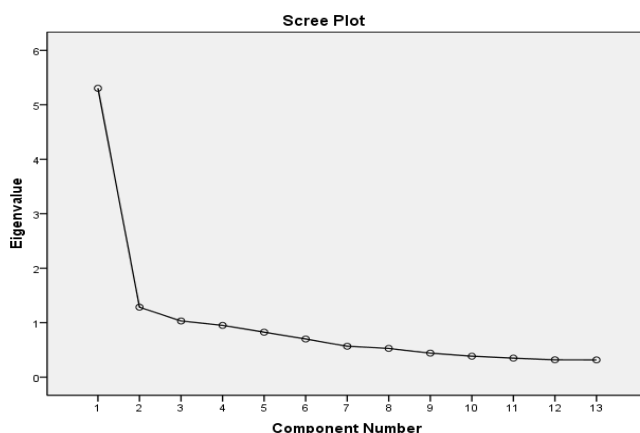


Figura 10- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Física

O índice de consistência interna, aferido pelo coeficiente alpha de Cronbach, foi de 0,85, ou seja, a subescala em questão apresenta fidedignidade e confiabilidade. Pela análise de variância one-way – ANOVA ($F=117,934$; $p=,000$), verificou-se a significância das diferenças das médias entre itens (*par a par*), confirmada pelo teste de Tukey ($p=,000$). A composição fatorial está apresentada na Tabela 3.

Item	Carga Fatorial	h^2
VF12 - Da pra entender um homem que perde a cabeça e bate na esposa ao descobrir que ela o traía com um amigo	,740	,723
VF7 - É compreensível o namorado jogar o celular contra a namorada quando descobre a conversa dela com um amigo na internet.	,734	,643
VF11 - É compreensível o homem perder a paciência e empurrar a vizinha que gritou com ele por ter estacionado na sua vaga de garagem.	,719	,634
VF10 - Toda mulher que trai o parceiro merece uma surra.	,718	,544
VF3 - Quando a mulher trai, não se pode culpar o parceiro por bater nela ao descobrir a traição.	,655	,442
VF6 - Se uma mulher grita com seu parceiro, é compreensível que ele revidar usando a força	,637	,596
VF8 - Um irmão pode bater na irmã se a encontra num bar bebendo apenas com homens	,634	,690
VF5 - Tudo bem puxar a namorada com força pelo braço quando ela está dançando de forma sensual na frente de outros homens	,627	,594
VF13 - Numa discussão de trabalho, é compreensível o homem apertar o braço da colega que sempre o chama de burro.	,624	,506
VF9 - Forçar o dedo contra o rosto da mulher não é, necessariamente, uma forma de violência.	,561	,534
VF4 - Puxar o cabelo da mulher com força não é tão grave quanto um murro no rosto.	,549	,706
VF1 - Se a mulher apanha do parceiro mais de uma vez, é porque não tem vergonha na cara.	,547	,512
VF2 - Briga entre o casal só diz respeito a eles dois.	,500	,494
Eingevalue	5,30	
% de variância explicada	40,79	

Observa-se ainda que todos os itens obtiveram saturações podendo ser considerado altas, atendendo ao critério previamente definido para permanência de situar-se igual ou acima de 0,30. Os itens referem-se tanto à minimização da violência, como à culpabilização da mulher a partir de comportamentos socialmente moldados como inconvenientes e provocativos, o que justificaria o uso de força. Em síntese, a análise fatorial dos componentes principais evidenciou uma estrutura unifatorial, onde o conjunto de 13 itens reuniu evidências empíricas suficientes acerca de sua estrutura fatorial e consistência interna na medida das crenças acerca da violência física. Entendendo, segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), a violência física, como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

3.4 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Patrimonial

A adequação da fatorabilidade foi verificada a partir dos resultados do teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que indicou adequação ($KMO=0,851$; $p=0,00$), bem como o teste de esfericidade de Bartlett, trazendo um resultado significativo: $\chi^2(55) = 868,234$ $p < 0,001$. Ambas as análises sugeriram a rejeição da hipótese nula, concluindo-se a correlação significativa entre as variáveis, podendo prosseguir com a análise fatorial.

O resultado da análise fatorial de Componentes Principais do conjunto de 11 itens, sem
Tabela 3- Subescala de Violência Física: Estrutura Fatorial dos itens fixação do número de fatores, resultou na extração de dois (02) componentes, explicando 54,5% da variância total, com valor próprio de 4,991 e 1,010 respectivamente. No entanto, assume-se, a estrutura unifatorial confirmada pelo gráfico *Scree* (Figura 5) em conjunto com as cargas fatoriais.

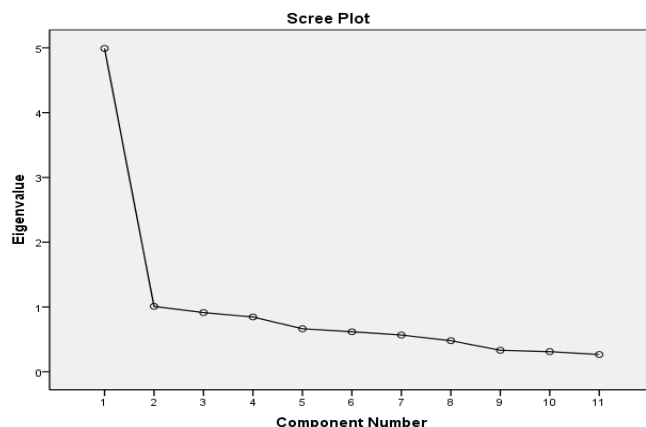


Figura 11- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Patrimonial

Mantidos os 11 itens em um (01) componente fatorial, foi explicado 45,4% da variância total do construto investigado, com índices de comunalidade variando entre 0,413 (VP11) e 0,789 (VP6), com cargas fatoriais decrescendo de 0,734 a 0,582, todos os itens acima do ponto de corte critério (0,35). A consistência interna da medida de Violência Patrimonial foi adequada, apresentando Alpha de Cronbach de 0,866. O resultado de análise de variância ($F=144,171$, $p=0,00$) e a comparação de médias *par a par* (ANOVA), aferem a significância das diferenças pelo teste de Tukey ($p=0,00$). Estes dados podem ser observados na Tabela 4.

Item	Carga Fatorial	h^2
VP10 - Se a mulher coloca uma roupa provocante para ir a uma reunião de trabalho, é compreensível que o marido a proíba de usar essa roupa	,734	,575
VP8 - É natural que o marido acuse a esposa de ser egoísta se ele sempre administrou as rendas e ela quer passar a cuidar do seu próprio salário.	,723	,568
VP1 - Se o homem desconfiar que sua mulher está traindo, ele pode tomar o celular dela, sem autorização, para descobrir a verdade.	,703	,694
VP2 - É exagerado a mulher ir à delegacia denunciar só porque o marido escondeu os cartões de crédito dela para que ela economize.	,703	,532

VP4 - É prova de amor e cuidado quando o marido decide que a mulher deve ficar em casa cuidando dos filhos enquanto ele garante o sustento.	,701	,493
VP3 - Caso a mulher se vista com roupas sensuais, não tem nada demais se o namorado esconder a roupa dela para que ela não se exponha.	,696	,484
VP7 - É exagerado a namorada ir até a delegacia denunciar o namorado que escondeu as roupas decotadas dela.	,672	,496
VP9 - Ainda que a mulher tenha seu salário, o marido tem o direito de impedir que ela realize compras quando achar que ela está gastando demais.	,658	,498
VP5 - A mulher que é convencida pelo marido de que ele deve administrar os bens dela está dando prova de sabedoria como esposa.	,647	,459
VP6 - O marido pode entrar no escritório da esposa e mexer nos instrumentos de trabalho sem autorização dela, por simples curiosidade	,582	,789
VP11 - Ainda que a moradia seja do casal, é compreensível que a mulher seja expulsa quando flagrada traindo o marido.	,568	,413
<i>Eingevalue</i>	4,99	
% de variância explicada	45,37%	
Alfa de Cronbach	,866	

Tabela 4- Subescala de Violência Patrimonial: Estrutura Fatorial dos itens

Os 11 (onze) itens que compõem a subescala de Violência Patrimonial trazem crenças que naturalizam a administração patrimonial pelo homem, sendo a discordância vista como ingratidão ou ignorância e a denúncia descabida. Este poder dado ao homem permite, inclusive, a repressão pelo uso e o acesso sem permissão aos bens da mulher. A estrutura unifatorial reuniu evidências empíricas satisfatória acerca de sua estrutura e consistência interna na medida das crenças acerca da violência patrimonial, considerada, segundo a Lei nº 13.772, de 2018 11.340/2006 (Brasil, 2006), como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de

seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

3.5 Subescala de Crenças Legitimadoras da Violência Moral

A possibilidade da fatorabilidade foi comprovada a partir dos resultados do teste de adequação da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que indicou adequação (KMO=0,862; $p=0,00$), bem como o teste de esfericidade de Bartlett, trazendo um resultado significativo: $\chi^2(55) = 721,954$ $p < 0,001$. Ambas as análises sugeriram a rejeição da hipótese nula, concluindo-se a correlação significativa entre as variáveis, podendo prosseguir com a análise fatorial.

O resultado da análise fatorial de Componentes Principais do conjunto de 11 itens, sem fixação do número de fatores, resultou na extração de 02 (dois) componentes, explicando 51,62%% da variância total, com valor próprio de 4,517 e 1,161, respectivamente. No entanto, seguindo o critério previamente estipulado, de acordo com o Gráfico *Scree* e cargas fatoriais dos itens nos componentes, emergiu uma estrutura unidimensional, explicando 41,059% da variância total, índices de comunalidade variando de 0,320 (VM9) a 0,619 (VM10), atendendo ao critério estabelecido de manutenção de itens com índice de comunalidade igual ou maior que 0,30. Assume-se, assim, a estrutura unifatorial, confirmada pelo gráfico *Scree* (Figura 6) em conjunto com as cargas fatoriais.

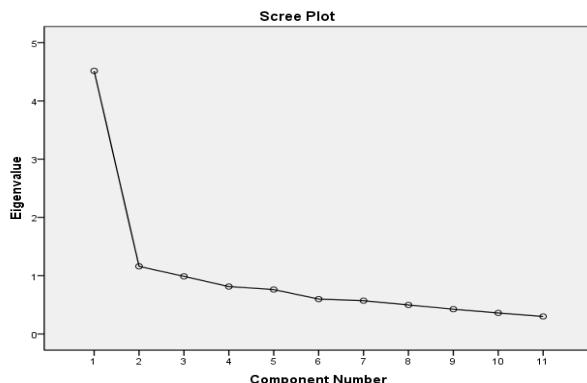


Figura 12- Distribuição gráfica do valor próprio da Subescala de Violência Moral

Dadas as explicações, foram mantidos os 11 itens em um componente fatorial, explicando 41,06% da variância total do construto investigado, com cargas fatoriais decrescendo de 0,760 a 0,464, todos os itens acima do ponto de corte critério (0,30). A consistência interna da medida de Violência Psicológica foi adequada, apresentando Alpha de Cronbach de 0,838. O resultado de análise de variância ($F=136,816$, $p= 0,00$) e a comparação de médias *par a par* (ANOVA), aferem a significância das diferenças pelo teste de Tukey ($p=0,00$). Estes dados podem ser observados na Tabela 5.

Item	Carga Fatorial	h^2
VM2 - Uma garota que fica com vários garotos não deve achar ruim se a chamarem de "fácil" ou "rodada"	,760	,581
VM7 - A mulher que trai seu namorado está deixando claro que não se dá ao respeito e por isso é compreensível que as pessoas a considerem safada.	,758	,584
VM6 - Se a mulher decide ficar com um homem que tem fama de cafajeste, terá culpa caso esse homem exponha as intimidades que teve com ela.	,719	,536
VM8 - É burrice a mulher compartilhar fotos nuas com um homem que está namorando há pouco tempo, sendo culpada caso as fotos vazem.	,701	,548

VM11 - Uma garota que tem fama de safada no seu bairro não deve ser muito levada a sério denunciar na delegacia por estar sendo vítima de comentários ofensivos.	,683	,494
VM4 - Se a mulher sai na rua com roupas provocantes tem alguma responsabilidade ao ser taxada de ‘vulgar’.	,680	,549
VM3 - Uma mulher que trai o parceiro merece ter sua reputação manchada por isso.	,613	,390
VM9 - É exagerado a mulher prestar queixa na delegacia porque o homem fez comentários grosseiros sobre seu corpo.	,565	,320
VM10 - Uma mulher que não está desempenhando bem suas funções no trabalho não pode achar ruim se for chamada de burra pelo chefe.	,515	,619
VM5 - É compreensível que o marido traído, por vingança, publique as fotos íntimas da sua esposa.	,500	,603
VM1 - Se a mulher mandar fotos nua para o namorado e ele repassar para os amigos, ela terá responsabilidade por isso.	,464	,455
Eingevalue	4,52	
% de variância explicada	41,059	
Alfa de Cronbach	,838	

Tabela 5- Subescala de Violência Moral: Estrutura Fatorial dos itens

Os itens que compõem a subescala de Violência Moral trazem crenças que culpabilizam e imputam à mulher a responsabilidade pelo comportamento masculino, pela exposição e comportamentos socialmente inadequados, justificando e tornando-se merecedora de tais atos, além de ter desvalorizada sua denúncia. A estrutura unifatorial reuniu evidências empíricas satisfatória acerca de sua estrutura e consistência interna na medida das crenças acerca da violência moral, considerada, segundo a Lei nº 13.772, de 2018 11.340/2006 (Brasil, 2006), considerada como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

4. Conclusão

Em resposta ao objetivo estabelecido, foi construída a “Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos”, que tem como finalidade contribuir para o estudo das

variáveis que atualmente operam como dificultadores da erradicação da violência. Embora a experiência clínica e as intervenções comunitárias juntamente com escopos teóricos sobre violência, apontam para a presença dessas crenças, a viabilidade de estudá-las de forma sistemática e massiva, abre a possibilidade de projetar pesquisas e diagnósticos, favorecendo o desenvolvimento de modelos teóricos sobre violência e contribuindo para a efetividade das intervenções voltadas à superação do problema.

O instrumento apresentou uma estrutura unidimensional tanto no geral, quanto quando analisadas as subescalas de forma independente. Na psicometria, a unidimensionalidade é um dos pressupostos da maioria dos modelos da Teoria de Resposta ao Item, assim como considerada desejável na Teoria Clássica dos Testes, pois os conceitos de homogeneidade e dificuldade só fazem sentido quando se assume avaliar um único atributo. Ressalta-se assim, por um lado, a identidade do próprio teste (*face validity*) e, por outro, quando se assume obter pontuações globais num teste, significa medir a mesma coisa ao longo dos vários itens (Vitoria, Almeida & Primi, 2006). No entanto, é também possível que um teste seja unidimensional para uma população, mas não para outra, por exemplo, quando este instrumento foi validado para adolescentes escolares (Albuquerque, 2019).

A afirmação da unidimensionalidade de um teste, segundo Vitória, Almeida e Primi (2006), significa que todos os respondentes que possuem a mesma capacidade estimada têm a mesma probabilidade de dar uma mesma resposta, o que é identificado no estudo em questão, cujas respostas centraram-se nos itens 1 e 2 (discordo totalmente e discordo). Outro aspecto que ressalta a unidimensionalidade é o pressuposto de Cronbach (1951, em Pasquali, 2003) de que se o alfa é elevado então o teste é homogêneo. Então se deduz que valores altos do coeficiente, ou seja, alta consistência interna, estão associados à unidimensionalidade.

Partindo do pressuposto de que se um teste é unidimensional, quando submetido à análise fatorial ou à análise em componentes principais emergirá um único fator (Primi & Almeida, 1998). Idealmente, segundo os autores, se apenas um fator for responsável pelos resultados, então esse fator explicaria 100% da variância comum observada. No entanto, considerando variáveis psicológicas é considerado impossível a obtenção de um único fator nestas circunstâncias. Os autores sugerem como alternativa que o fator principal explique a maior quantidade de variância possível, no que se inscreve a importância do gráfico *scree* em conjunto com as cargas fatoriais. Todos estes aspectos são observados neste estudo.

Os resultados apontam que o instrumento apresenta evidências de validade de conteúdo e de critério, apresentando também consistência dos resultados (fidedignidade). Apesar disso, ainda é necessário coletar mais informações que suportem essas propriedades psicométricas principalmente aumentando a variabilidade de respostas. Também é necessário estimar a validade simultânea da escala através da aplicação paralela de outros instrumentos que medem variáveis associadas à violência e criaram evidências empíricas sobre a validade e confiabilidade de seus resultados.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J.R. (2019). *Violência de Gênero: Crenças legitimadoras por adolescentes*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB].
- Bar-Tal, D. (2000). *Shared Beliefs in a society: Social psychological analysis*. Thousand Oaks: Sage.
- Brasil (2006). *Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha)*. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/828449567/lei-13984-20>
- Brasil (2020). *Lei nº. 13.984, de 3 de março de 2020, (Lei Maria da Penha)*. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/828449567/lei-13984-20>
- Brasil (2021). *Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres*. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>
- Fórum Brasileiro De Segurança Pública (2021). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Observatório Lei Maria da Penha (acessado em 2021). Disponível em <http://www.observe.ufba.br/violencia>
- OPAS (2015). *Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher*. 54.º Conselho Diretor 67.ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Washington, D.C., EUA. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y

- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Editora Vozes.
- Primi, R., Almeida, L. S. (1998). Considerações sobre a análise factorial de itens com resposta dicotômica. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 3, 225-234.
- Saldanha, A. A. W. (2003). Vulnerabilidade e construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável. [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP].
- Saldanha, A.A.W., Silva, J., Albuquerque, J.R, Rabelo, D.F.(2020). O uso de priming para evocação e análise das crenças de adolescentes que legitimam a violência psicológica de gênero. In: Cerqueira-Santos, E., Araújo, F.L. (Org.), *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. Cap. 5 – EDUFPI.
- Tabachnick, B., Fidell, L. (2007). *Using multivariate analysis*. Needham Heights: allyn & Bacon.
- Vitória, F., Almeida, L. S., Primi, R. (2006). Unidimensionalidade em testes psicológicos: conceito, estratégias e dificuldades na sua avaliação. *Psic: revista da Vetor Editora*, 7(1), 01-07.

CRENÇAS ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ASSOCIAÇÃO COM VARIÁVEIS CORRELATAS

BELIEFS ABOUT GENDER VIOLENCE AND ASSOCIATION WITH RELATED VARIABLES

RESUMO

OBJETIVO: identificar a tipologia modal das crenças sociais acerca da violência de gênero e verificar a influência das variáveis socioeconômicas e institucionais associadas. **MÉTODO:** A amostra foi composta por 202 participantes, via plataformas online, sendo, 59,9% do sexo feminino, com idade variando de 19 a 59 anos, sendo 68% na faixa etária de 18 a 29 anos, que responderam a “Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos” e um questionário incluindo aspectos socioeconômicos, analisados por estatística descritiva, teste de associação (ANOVA e Test t), correlação de Pearson e Regressão Multivariada (Stepwise). **RESULTADOS:** Os resultados evidenciaram maior explicação da Violência Física ($R^2=,844$) frente à violência de gênero, apresentando três variáveis preditoras: Faixa etária, (5% da variância); Afiliação Religiosa (5% de explicação); Sexo e Renda Familiar (com 5% e 2% de predição respectivamente). Violência Mental: Religiosidade (6%); Sexo (5%) e; Estado Civil (2%). Violência Psicológica foi predita pelo sexo (6%), religiosidade (7%) e estado civil (3%). Violência Patrimonial com sexo (5%), afiliação religiosa (7%), identidade racial (2%), estado civil (2%) e; escolaridade (2%). Por fim, a Violência Sexual com Afiliação Religiosa (6%), Faixa Etária (4%) e Sexo (3%). **CONCLUSÃO:** Determinados fatores sociodemográficos influenciam no fortalecimento e compartilhamento de crenças acerca da violência de gênero. Logo, a Violência de Gênero deve ser entendida como um fenômeno estrutural, que se materializa em qualquer aspecto da vida e é transmitida a partir dos mecanismos de socialização.

Palavras-Chave: Crenças, Violência de Gênero, Variáveis Sociodemográficas.

ABSTRACT

OBJECTIVE: This study aimed to identify the modal typology of societal beliefs about gender violence and to verify the influence of associated socioeconomic variables. **METHOD:** The sample consisted of 202 participants, via online platforms, being 59.9% female, with ages ranging from 19 to 59 years, 68% in the age group of 18 to 29 years, who answered the "Gender Violence Legitimizing Beliefs Scale for Adults" and a questionnaire including socioeconomic aspects, analyzed by descriptive statistics, association test (ANOVA and Test t), Pearson correlation and Multivariate Regression (Stepwise). **RESULTS:** The results showed a greater explanation of Physical Violence ($R^2=,844$) in the face of gender violence, presenting three predictor variables: age group (5% of variance); Religious Affiliation (5% explanation); Gender and Family Income

(with 5% and 2% prediction, respectively). Mental Violence: Religiosity (6%); Sex (5%) e; Marital Status (2%). Psychological Violence was predicted by sex (6%), religiosity (7%) and marital status (3%). Property violence with sex (5%), religious affiliation (7%), racial identity (2%), marital status (2%) e; schooling (2%). Finally, Sexual Violence with Religious Affiliation (6%), Age Group (4%) and Sex (3%). **CONCLUSION:** Sociodemographic Variables influence the strengthening and sharing of beliefs about Gender Violence. Therefore, Gender Violence must be understood as a structural phenomenon, which materializes in any aspect of life and is transmitted through socialization mechanisms.

Keywords: Beliefs, Gender Violence, Sociodemographic Variables

1. Introdução

Estudos de prevalência apontam que pelo menos uma em cada três mulheres foi vítima de algum tipo de violência durante a vida, e que entre 40% e 70% dos homicídios com vítimas mulheres (feminicídios) são provocados por seus companheiros afetivos, evidenciando o caráter endêmico na população mundial. No Brasil, estima-se que entre 26% e 34,5% das mulheres vivenciam algum tipo de violência por parte de seus companheiros (Albuquerque, 2019; Colossi, Razera, Haack & Falcke, 2015). Em 2020, uma em cada quatro mulheres brasileiras (24,4%) com mais de 16 anos, cerca de 17 milhões em números brutos, afirmaram ter sofrido agressões de algum tipo. As maiores vítimas foram mulheres pretas (28,3%); além de mulheres separadas e divorciadas (35%). Além disso, cinco em cada dez brasileiros (51,1%) disseram presenciar algum tipo de violência contra a mulher perto de sua moradia (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021). A violência baseada em gênero constitui importante causa de morbimortalidade de mulheres em todo o mundo. No Brasil, em 2019, o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) registrou 1.326 ocorrências, um aumento de 43% em relação há quatro anos anteriores. Em 2020, alcançou o número de 1.823, o que dá a média de cinco casos ao dia. É importante destacar que a violência doméstica e familiar contra a mulher tem aumentado, em escala global, durante o período de

isolamento social decorrente da pandemia causada pela Covid-19, em muitos casos devido a maior dificuldade de acesso aos serviços de proteção e ao sistema de justiça (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Entretanto, a taxa de feminicídio retrata apenas o extremo da violência física. Um número maior de mulheres está exposto cotidianamente a outras formas socialmente mais veladas de violência, com episódios que podem ser graves e repetitivos, repercutindo de modo significativo na saúde física e mental. De acordo com achados de Barros et al. (2016), a violência emocional (psicológica) apresentou frequência mais elevada, seguindo-se a física e a sexual. Destaca-se as consequências físicas, reprodutivas, psicológicas e sociais com impacto na saúde mental, incluindo o desenvolvimento de transtornos, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático; e, em casos mais extremos, pode levar até ao suicídio (OPAS 2015). Deve-se, portanto, considerar que, em alguns relacionamentos, a violência tende a se iniciar a partir de agressões verbais, evoluindo para as outras formas de violência, como a física, e podendo culminar no femicídio.

Não obstante, as vítimas ainda precisam lidar com os sentimentos de culpa e de vergonha diante da sociedade, o que, em geral, leva à decisão de não procurar as vias legais e o sistema de saúde. Um dos principais processos envolvidos na subnotificação é o medo da reação social, ou seja, o medo de ser culpabilizada por parentes, policiais ou pela sociedade como um todo, atuando na manutenção de estereótipos. Observa-se, assim, que a culpabilização está associada a um conjunto de crenças e valores difundidos e endossados pela sociedade, apoiado no controle da sexualidade feminina, sustentando normas tradicionais de gênero e criando uma rede de pensamentos conservadores, constituindo-se em mitos que são continuamente aceitos (Farias, 2019, Saldanha, 2003). Já afirmava Heider (1958, em Farias, 2019), que as pessoas tendem a assumir que acontecimentos ruins estão diretamente associados às virtudes humanas, ou, mais

especificamente, à falta de virtudes. Um dos discursos que afeta e, muitas vezes, reforça esse processo, é o religioso, sobretudo, o cristão. Em termos gerais, o cristianismo impõe uma visão dualista que serve como um meio de classificação das mulheres entre santas e pecadoras, virtuosas e perdidas (Farias, 2019). Em função disso, é preciso observar o efeito histórico de ideologias que sustentam um lugar inferior da mulher frente ao homem, bem como reforçam a percepção e atitude de tipos de mulheres como culpabilizantes e justificadoras da violência sofrida.

Além da religiosidade, a integração de algumas variáveis na perspectiva de entender as crenças que circundam a violência de gênero se faz adequado, a exemplo das variáveis sociodemográficas gênero, idade, escolaridade e estado civil. Diversos estudos demonstram que os homens tendem a apresentar maiores níveis de culpabilização da vítima e a subestimarem a gravidade e as consequências traumáticas da agressão quando comparados às mulheres, provavelmente por se identificarem mais com o agressor do que com a vítima, visto que elas tendem a conviver mais com o medo e, por isso, seriam mais empáticas e endossariam menos as crenças negativas (Albuquerque, 2019, Farias, 2019).

Da mesma forma, estudos (Albuquerque, 2019; Barros et al, 2016; Colossi et al, 2015; Saldanha, 2003), destacam que a idade por si só não influenciaria diretamente a aceitação da manutenção das crenças culpabilizadoras e/ou justificadoras para a violência de gênero, sendo necessário considerar conjuntamente o nível educacional, com endossamento menor daqueles com maior grau de instrução. Farias (2019) refere um estudo indicando que estudantes do ensino médio realmente apresentaram atitudes mais conservadoras e maiores níveis de culpabilização da vítima do que universitários. No entanto, a população geral e os estudantes universitários apresentam julgamentos similares, culpabilizando mais vítimas alcoolizadas do que sóbrias, bem como que a avaliação da credibilidade da vítima também é afetada de acordo com a sua descrição (por

exemplo, estado civil casada e ocupação com status superior teriam maior credibilidade). Nesta direção, Colossi et al (2015) associaram maior vulnerabilidade à violência de gênero na conjugalidade a aspectos que envolvem baixa renda, maior número de filhos, menor vivência religiosa, sem oficialização da união conjugal e com menor tempo de relacionamento.

É ressaltada por Bar-Tal (2000), a importância das crenças compartilhadas para fornecer explicações, dar coerência e organizar o conhecimento sobre a sociedade, além de dar sentido as experiências vividas (função epistêmica); de formação e manutenção da identidade social; preservar e manter o sistema societal e; orientar para a ação através da racionalização e justificação do comportamento; para pensar em qualquer intervenção acerca da violência, se faz necessário conhecer seu esquema de formação e compartilhamento das crenças.

A manutenção e reprodução das crenças sociais em relação ao discurso cultural dominante no que se refere às relações de gênero são cristalizações de significados que operam como organizadores de sentido no agir, pensar e sentir dos homens e mulheres que conformam esta sociedade, sustentando a orientação e legitimação de suas instituições. Assim, produzem narrativas morais, religiosas e científicas que legitimam – geralmente naturalizando – esta situação. Não obstante, observa-se que características pessoais dos membros (variáveis contextuais e situacionais, como sexo, escolaridade e religiosidade) afetam a conformidade no grupo ou na maneira de posicionar-se frente às demandas, que influenciam no comportamento. Aqueles indivíduos que têm mais tendência a se conformar e maior sensibilidade à informação sobre os membros do grupo serão mais afetados pelas crenças do grupo. Desta forma, pode-se inferir que quanto maior a desejabilidade social, maior será o efeito da persuasão feita pelo grupo, maior a dependência às normas grupais e maior a confiança nas opiniões do grupo (Bar-Tal, 2000).

Com o conhecimento de que a manifestação da violência pode ocorrer de diversas formas, tomou-se como base a categorização descrita na Lei 13.772 - Lei Maria da Penha – (Brasil, 2006) que configura a violência doméstica e familiar contra a mulher como

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação, independente de orientação sexual (Artigo 5º).

E classifica, em seu Artigo 7º, as formas de violência contra a mulher em:

Física, qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; psicológica, qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; sexual, qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; patrimonial, qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; moral, qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Artigo 7º).

Assim, este estudo teve como objetivo identificar a tipologia modal das crenças sociais acerca da violência de gênero e verificar a influência das variáveis socioeconômicas e institucionais associadas. Em especial sexo, idade, escolaridade e religiosidade. Deste modo, são colocadas as seguintes hipóteses:

H 1: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com o tipo de violência, em que a violência física possui crenças mais elevadas.

H 2: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com o sexo, onde o sexo masculino apresenta crenças mais elevadas do que o sexo feminino.

H 3: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a idade, em que as faixas etárias mais velhas possuem crenças mais elevadas.

H 4: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a renda familiar, em que as menos abastadas possuem crenças mais elevadas.

H 5: Existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a religião, onde os menos religiosos apresentam menor legitimação da violência.

2. Método

2.1 Amostra

A amostra foi composta por 202 participantes brasileiros adultos, via plataformas online, sendo 59,9% do sexo feminino, com idade variando de 19 a 59 anos, dos quais 68% na faixa etária de 18 a 29 anos, autodeclarados negros ou pardos (52%), solteiros (70%), com renda familiar variando entre 1 e 4 salários-mínimos (55,9%) ou mais (22,7%), baixa religiosidade (74%) e alta escolaridade (47% ensino superior incompleto e 45% superior completo). Todos foram informados acerca do anonimato e do direito de não participação da pesquisa, de acordo com a Resolução 4.66/12 do Conselho Nacional de Saúde (Apêndice A).

2.2 Instrumento

Foi utilizada a “Escala de Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero para Adultos” (Amorim, 2021), composta por 61 itens agrupados em cinco subescalas, os quais contemplam aspectos referentes aos cinco tipos de violência contra a mulher descritos na Lei Maria da Penha: (1) Subescala de Violência Sexual com 13 itens; (2) Subescala de Violência Psicológica, 13 itens; (3) Subescala de Violência Física, também com 13 itens; (4) Subescala de Violência Patrimonial com 11 itens; e (5) Subescala de Violência Moral, com 11 itens. Para as respostas, foi utilizada escala do tipo *Likert* de cinco pontos, variando de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente). Apresentou-se adequação psicométrica para esta amostra, explicando no conjunto dos itens, 35% da variância total e ótima consistência interna (Alpha de Cronbach =0,963). A análise independente das subescalas demonstrou estrutura unifatorial, com explicações variando entre 41% (Violência Física e Violência Moral) e 59% (Violência Sexual) e consistência interna entre ,84 (Violência Moral) e ,87 (Violência Psicológica), medido pelo Alpha de Cronbach.

Para coletar os dados sociodemográficos foi utilizado um questionário com perguntas estruturadas, incluindo aspectos socioeconômicos (idade; cor da pele; escolaridade; número de filhos; e renda familiar), relacionais (estado civil) e comportamentais (religião e religiosidade).

2.3 Análise dos dados

As respostas do questionário *online* armazenadas em uma planilha de dados foram exportadas ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 23.0). Para as análises, adotou-se *a priori* a taxa de erro do Tipo I de 0,05. Foram utilizadas análises inferenciais descritivas, a fim de analisar o comportamento das variáveis. A correlação entre violência, idade e religiosidade foi feita através da Correlação de Pearson. As diferenças conforme escolaridade, religião e a renda

foram analisadas através de análise de variância (ANOVA) e a comparação por sexo e situação conjugal foi realizada através do Teste t de Student.

3. Resultados

As descrições sociodemográficas dos participantes apresentadas na Tabela 6 apontam, de modo geral, um perfil jovem, com alta escolaridade, solteiros, com afiliação religiosa e religiosos. Não obstante, é importante ressaltar que, por terem sido contatados em plataformas online, é restrito àquelas pessoas que tem acesso à internet e redes sociais. No Brasil, 97% das pessoas com curso superior têm acesso a internet, enquanto apenas 16% dos analfabetos ou da educação infantil acessam a rede (Agência Brasil, 2020).

Considerando o fato de tratar-se de amostra espontânea, ou seja, participação através de convite divulgado em plataformas online, outro destaque se refere ao maior número de pessoas autodeclaradas negras ou pardas em relação às pessoas autodeclaradas brancas. E concordando com Lima (2019) em estudos sobre a emergência do sujeito político negro universitário a partir de um conjunto de implementações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, pode-se inferir aqui um maior ativismo político ao optar por participar deste estudo. Reconhecendo, como a autora supracitada, a necessidade de examinar não só a questão racial, mas verificar se e em que medida os recursos como renda e escolaridade, estão associados à participação política, seja em organizações políticas ou no engajamento em ativismo político. Ainda que não seja o objetivo em questão, observou-se diferença de renda familiar declarada entre os dois grupos de participantes, maior para aqueles autodeclarados negros ou pardos ($M=2,4$; $DP=,637$ e $M=2,07$; $DP=,606$ – $t=3,748$; $P=,000$). Embora sem diferença estatisticamente significativa entre cor da pele e escolaridade, observa-se que o número maior de respondentes negros/pardos em relação aos brancos enquanto graduandos e graduados ($N=40/51$ e $N= 20/29$) pode ser indicativo, se não da

representatividade de inserção acadêmica, do engajamento em políticas afirmativas a partir do contexto universitário, no caso deste estudo, da pauta acerca da violência de gênero.

Variáveis	N	%	VS	VF	VM	VPS	VP
Sexo							
Feminino	121	59,9	16,2	15,6	15,5	15,5	14,4
Masculino	81	40,1	17,9	17,8	17,8	18,2	17,3
TE/p ¹			F ₍₁₎ =4,500 p=,035	F ₍₁₎ =8,803 p=,003	F ₍₁₎ =6,850 p=,010	F ₍₁₎ =12,47 p=,001	F ₍₁₎ =11,507 p=,001
Faixa Etária							
18 – 29 anos	138	68,3	16,4	15,9	16,1	16,1	15,4
30-39 anos	46	22,8	16,6	16,6	15,2	16,9	15,0
40-49 anos	14	6,9	19,9	18,9	20,3	19,1	17,8
50-59 anos	04	2,0	24,1	24,9	25,6	21,9	19,7
TE/p ¹			F ₍₃₎ =3,836 p=,011	F ₍₃₎ =4,849 p=,003	F ₍₃₎ =6,414 p=,000	F ₍₃₎ =2,851 p=,039	F ₍₃₎ =1,44 p=,232
Estado Civil							
Solteiro	142	70,3	16,2	15,9	15,8	15,9	15,0
Casado	60	29,7	18,5	17,9	17,9	18,1	16,8
TE/p ¹			F ₍₁₎ =7,260 p=,008	F ₍₁₎ =5,963 p=,015	F ₍₁₎ =4,708 p=,031	F ₍₁₎ =7,229 p=,008	F ₍₁₎ =3,942 p=,048
Filhos							
Não	156	77,2	16,8	16,4	16,5	16,4	15,5
Sim	46	22,8	17,8	17,1	15,7	17,8	15,7
TE/p ¹			F ₍₁₎ =,705 p=,402	F ₍₁₎ =,397 p=,530	F ₍₁₎ =,286 p=,594	F ₍₁₎ =1,343 p=,248	F ₍₁₎ =,011 p=,916
Identidade							
Racial							
Negra/parda	106	52,5	17,1	16,7	16,4	16,8	14,9
Branca	87	43,1	16,9	16,4	16,6	16,7	16,4

Outras	09	4,5	-	-	-	-	-
TE/p ¹			F ₍₁₎ =,049 p=,825	F ₍₁₎ =,171 p=,680	F ₍₁₎ =,036 p=,849	F ₍₁₎ =,006 p=,936	F ₍₁₎ =2,863 p=,092
Escolaridade							
Médio	15	7,4	21,3	20,2	21,0	19,8	18,6
Graduação ²	95	47,0	16,3	16,2	15,8	16,3	15,8
Superior	51	25,2	16,7	16,3	16,9	16,7	15,6
Pósgraduação	41	20,3	16,7	16,1	15,4	16,0	13,7
TE/p ¹			F ₍₃₎ =3,393 p=,019	F ₍₃₎ =2,687 p=,048	F ₍₃₎ =3,427 p=,018	F ₍₃₎ =2,050 p=,108	F ₍₃₎ =2,649 p=,050
Renda Familiar ³							
< 1 SM	12	11,4	17,3	17,7	17,4	17,6	16,0
1-4 SM	113	55,9	17,2	16,8	16,7	16,7	15,8
> 4 SM	66	32,7	16,1	15,4	15,5	15,8	14,9
TE/p ¹			F ₍₂₎ =,875 p=,418	F ₍₂₎ =2,131 p=,121	F ₍₂₎ =1,018 p=,363	F ₍₂₎ =1,375 p=,255	F ₍₂₎ =,498 p=,609
Afiliação Religiosa							
Sim	141	69,8	17,8	17,3	17,4	17,2	16,4
Não	61	30,2	14,8	14,7	14,2	15,2	13,5
TE/p ¹			F ₍₁₎ =12,590 p=,006	F ₍₁₎ =10,083 p=,006	F ₍₁₎ =11,402 p=,001	F ₍₁₎ =6,288 p=,013	F ₍₁₎ =10,130 p=,002
Religião							
Católica	71	35,1	17,6	17,4	17,1	17,1	15,7
Evangélica	48	23,8	18,4	17,7	18,3	17,7	18,2
Espírita	19	9,4	17,7	16,3	16,7	16,9	15,6
Candomblé	03	1,5	13,4	12,4	12,1	12,4	10,1
Nenhuma	61	30,2	14,8	14,7	14,7	15,2	13,5
TE/p ¹			F ₍₄₎ =3,762 p=,006	F ₍₄₎ =3,417 p=,010	F ₍₄₎ =3,752 p=,006	F ₍₄₎ =2,336 p=,057	F ₍₄₎ =4,950 p=,001

Religiosidade							
Nenhuma	40	19,8	15,2	14,4	14,1	15,0	13,8
Pouca	39	19,3	14,9	14,7	14,2	14,7	14,3
±	70	34,7	18,1	18,2	17,6	17,7	16,7
Bastante	37	18,3	18,5	17,1	18,9	18,1	16,6
Muito	16	7,9	16,9	17,1	16,6	17,3	15,3
TE/p ¹			F ₍₄₎ =3,709	F ₍₄₎ =4,775	F ₍₄₎ =5,000	F ₍₄₎ =3,873	F ₍₄₎ =2,264
			p=,006	p=,001	p=,001	p=,005	p=,064

¹Teste Estatístico/índice de significância; ²Graduação = estudante universitário

³SM = Salário-Mínimo Vigente (2018) R\$954,00

Tabela 6- Descrição e Associação das Médias entre os Dados Sociodemográficos e os Tipos de Violência (N=202)

A associação das médias das variáveis sociodemográficas aos tipos de violência de gênero (ANOVA), onde quanto maior a média, mais forte a concordância na crença afirmativa proposta, apontou diferença estatisticamente significativa em todos os tipos de violência e as variáveis sexo, estado civil, afiliação religiosa, religiosidade. Em relação à faixa etária, excetua-se a Violência Patrimonial (VP).

As variáveis escolaridade e religião não apresentaram diferença estatisticamente significativa em relação à Violência Psicológica (VPS). As variáveis referentes a ter ou não filhos, identidade racial autodeclarada e renda familiar não apresentaram diferenças estatísticas significativas em nenhum tipo de violência.

Com base nas médias apresentadas na Tabela 6, observa-se maior índice de concordância com crenças que legitimam a violência de gênero entre pessoas do sexo masculino, casados, aumentando em conjunto com a faixa etária e decrescendo em relação à escolaridade, ou seja, quanto maior a faixa etária e menor o índice de escolaridade, maiores as médias nas afirmativas

de crenças legitimadoras da violência de gênero. De forma geral, verifica-se médias mais altas nas afirmativas acerca da Violência Sexual e menores na Violência Patrimonial.

A afiliação religiosa, a religião e o grau de religiosidade apresentaram diferenças estatisticamente significativas nas médias associadas aos tipos de violência. Os resultados indicam que aqueles que tem uma afiliação religiosa, em especial evangélicas, e com maior índice de religiosidade, concordam mais fortemente com as crenças legitimadoras de violência, com exceção, neste último caso, da Violência Patrimonial, cujo grau de religiosidade não tem diferença entre as médias.

Foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (r) para verificar se existem correlações entre as variáveis sociodemográficas com os diferentes tipos de violência avaliadas. As variáveis Identidade Racial e Filhos foram retiradas por não apresentarem correlação em nenhum nível de análise. Foram incluídas as variáveis categoriais sexo, estado civil, afiliação religiosa e religião para verificar a presença ou ausência de correlação, sem que se analise a direção.

Neste caso, foram observadas a presença de correlação entre sexo, estado civil e afiliação religiosa com todos os tipos de violência, bem como da religião com as violências sexual, moral e patrimonial. Observou-se uma correlação negativa entre os níveis de escolaridade e a violência patrimonial ($r = -0,175$; $p \leq 0,05$), assim como da renda familiar com a violência física ($r = -0,143$; $p \leq 0,05$), o que significa que quanto mais alto o nível de habilitações, menor o valor das crenças que legitimam a desapropriação ou controle financeiro, bem como quanto mais alta a renda, menor as crenças que justificam atos de agressão física. Por outro lado, a correlação positiva entre grau de religiosidade e os tipos de violência (VS $r = 0,197$; $p \leq 0,05$ – VF $r = 0,210$; $p \leq 0,05$ – VM $r = 0,245$; $p \leq 0,05$ – VPS $r = 0,218$; $p \leq 0,05$ – VP $r = 0,152$; $p \leq 0,01$) significa que quanto maior a

religiosidade de uma pessoa, mais forte as crenças que legitimam todos os tipos de violência de gênero.

Variáveis/Violências	Sexual	Física	Mental	Psicológica	Patrimonial
Sexo	-,148*	-,205**	-,181**	-,242**	-,233**
Faixa Etária	,195**	,224**	,203**	,192**	n/s
Estado Civil	,187**	,170*	,152*	,187**	,139*
Renda Familiar	n/s	-,143*	n/s	n/s	n/s
Escolaridade	n/s	n/s	n/s	n/s	-,175*
Afiliação Religiosa	,243**	,219**	,232**	,175*	,220**
Religião	,172*	n/s	,155*	n/s	,166*
Religiosidade	,197**	,210**	,245**	,218**	,152*

** . Correlação significativa $p \leq 0.01$. * . Correlação significativa $p \leq 0.05$. n/s não significativa

Tabela 7- Coeficientes de Correlação de Pearson entre as variáveis sociodemográficas e tipos de violência. (N=202)

Para analisar as variáveis explicativas referentes às variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, escolaridade, renda, estado civil, afiliação religiosa, religião e grau de religiosidade), foi realizado análise de regressão logística (stepway) para cada tipo de violência (tabela 8). Foram mantidas as variáveis categóricas por apresentarem contribuição significativa na melhoria das previsões, assim como foram inseridas em cada modelo apenas as variáveis que apresentaram correlação significativa com cada tipo de violência, seguindo todos os pressupostos.

Violência Sexual						
Variáveis	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	t	p (sig)
Afiliação Religiosa	,059	10,181	,00	3,488	4,174	,00
Faixa Etária	,100			1,572	2,940	,01
Sexo	,134			-2,159	-2,756	,01
Violência Física						
Variáveis	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	T	p (sig)
Faixa Etária	,050	10,951	,00	3,541	3,606	,00
Afiliação Religiosa	,102			3,929	3,283	,00
Sexo	,157			-3,597		
Renda Familiar	,123			-,144	-2,204	,03
Violência Moral						
Variáveis	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	T	p (sig)
Religiosidade	,060	9,989	,000	1,451	4,039	,00
Sexo	,113			-3,115	-3,578	,00
Estado Civil	,131			1,882	,136	,03
Violência Psicológica						
Variáveis	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	T	p (sig)
Sexo	,059	12,721	,00	-3,282	-4,547	,00
Religiosidade	,131			1,135	3,811	,00
Estado Civil	,162			2,072	2,705	,01
Violência Patrimonial						
Variáveis	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	T	p (sig)
Sexo	,053	8,526	,00	-3,502	-4,150	,00
Afiliação Religiosa	,119			3,148	3,466	,00
Identidade Racial	,140			-2,071	-2,507	,01
Estado Civil	,158			2,344	2,533	,01
Escolaridade	,186			-1,183	-2,500	,01

Coeficiente significativo $p \leq 0.01$ ou Coeficiente significativo $p \leq 0.05$.

Tabela 8- Modelo de Regressão Linear Múltipla preditor dos Tipos de Violência (N=202)

O resultado da regressão linear múltipla para prever a Violência Sexual em função das variáveis sociodemográficas obteve um modelo com três variáveis: Afiliação Religiosa (6%), Faixa Etária (4%) e Sexo (3%), todas estatisticamente significantes em um intervalo de 95% de confiança. A análise do valor B (Beta) no modelo, ao indicar o quanto a variável dependente, no caso as crenças acerca da Violência Sexual, varia em função das variáveis independentes, prevê o aumento da intensidade das crenças legitimadoras em três vezes em função da afiliação religiosa; aumento da intensidade das crenças legitimadoras em uma vez em função da faixa etária (a cada

um ano cronológico, aumentaria em uma vez a intensidade da crença); e a diminuição da intensidade das crenças legitimadoras em duas vezes em relação ao sexo.

Para a Violência Física, emergiu um modelo com quatro variáveis: Faixa etária, explicando 5% da variância; Afiliação Religiosa, também com 5% de explicação; Sexo e Renda Familiar com 5% e 2% de predição respectivamente. A análise do valor Beta pressupôs o aumento na intensidade das crenças legitimadoras em três vezes segundo o aumento da idade e em quatro vezes pela afiliação religiosa. E a diminuição na intensidade das crenças legitimadoras em três vezes segundo o sexo, e em aproximadamente uma vez à medida em que a renda decresce.

O modelo de regressão para Violência Moral apresentou três variáveis preditoras: Religiosidade, com contribuição de 6% na explicação da variável dependente, e valor Beta de 4,039 ($p=,00$), indicativo de aumento de quatro vezes na intensidade da crença; Sexo, com valor preditivo de 5% e valor Beta negativo (-3,115; $p=,03$), indicando uma diminuição de três pontos na predição da variável e; Estado Civil, com explicação de 2%, aumentando 1,8 na intensidade das crenças legitimadoras de violência de gênero.

A violência Psicológica foi predita por três variáveis no modelo de regressão: Sexo (6%), Religiosidade (7%) e Estado Civil (3%). De acordo com o valor do Beta, pode-se predizer um aumento na intensidade das crenças legitimadoras em três vezes pela variável Sexo; aumento na intensidade das crenças legitimadoras em uma vez pela variável Religiosidade; e aumento na intensidade das crenças legitimadoras em duas vezes pela variável Estado Civil.

Cinco variáveis compuseram o modelo de regressão para a Violência Patrimonial: Sexo, predizendo 5% da variável independente, que, por ser negativo, tem diminuição de três pontos na intensidade das crenças a depender do sexo; Afiliação Religiosa (7%), com aumento de três pontos na intensidade das crenças segundo o valor Beta; Identidade Racial (2%), com o valor Beta

apontando diminuição de dois pontos na intensidade das crenças; Estado Civil (2%), com valor Beta indicando aumento de dois pontos na intensidade das crenças; E Escolaridade (2%), com o valor Beta indicando a diminuição de um ponto na intensidade das crenças.

Considerando a Violência como um construto geral (variável dependente) e os Tipos de Violência enquanto variáveis independentes, são apresentados na Tabela 9 os coeficientes de correlação e o modelo de regressão múltipla entre os tipos de violência e a violência de gênero. Observa-se a correlação entre todos os tipos de violência e a variável geral. Em relação ao modelo de regressão, observa-se o poder preditivo da violência na seguinte ordem de entrada: Violência física (84%); Violência moral (8%); Violência psicológica (4%), Violência patrimonial (2%); E Violência sexual (1%). Verifica-se assim, que o maior preditor das crenças que legitimam a violência de gênero é a violência física. Explicando sozinha 84%, seguida das violências subjetivas (moral e psicológica), enquanto os preditores mais fracos são os das violências patrimonial e sexual.

Violência de Gênero								
Violência	r Pearson*	p(sig)**	R ² acumulado	F	p(sig)	Beta	T	p(sig)
Física	,919	,00	,844	14136,46	,00	1,007	24,837	,00
Mental	,898	,00	,928			,960	30,183	,00
Psicológica	,907	,00	,969			1,116	26,823	,00
Patrimonial	,883	,00	,988			1,133	38,487	,00
Sexual	,914	,00	,997			1,019	25,306	,00

r Pearson*= coeficiente de correlação de Pearson

p(sig)** = ** Coeficiente significativo $p \leq 0.01$. ou Coeficiente significativo $p \leq 0.05$. n/s não significativo

Tabela 9- Coeficientes de Correlação e Modelo de Regressão Múltipla das Crenças Legitimadoras da Violência de Gênero

A partir do conjunto dos resultados apresentados acima e fundamentados em Bar-Tal (2000) ao afirmar que a manutenção e reprodução das crenças sociais em relação ao discurso

cultural dominante no que se refere às relações de gênero são cristalizações de significados, que operam como organizadores de sentido no agir, pensar e sentir dos homens e mulheres que conformam esta sociedade, sustentando a orientação e legitimação de suas instituições, foi possível construir um modelo explicativo dos determinantes das crenças legitimadoras da violência de gênero. Para tanto, tem-se como variáveis antecessoras as características socioeconômicas, como variáveis intermediárias os tipos de violência e a formação de crenças acerca da Violência de Gênero como variável final (Figura 7).

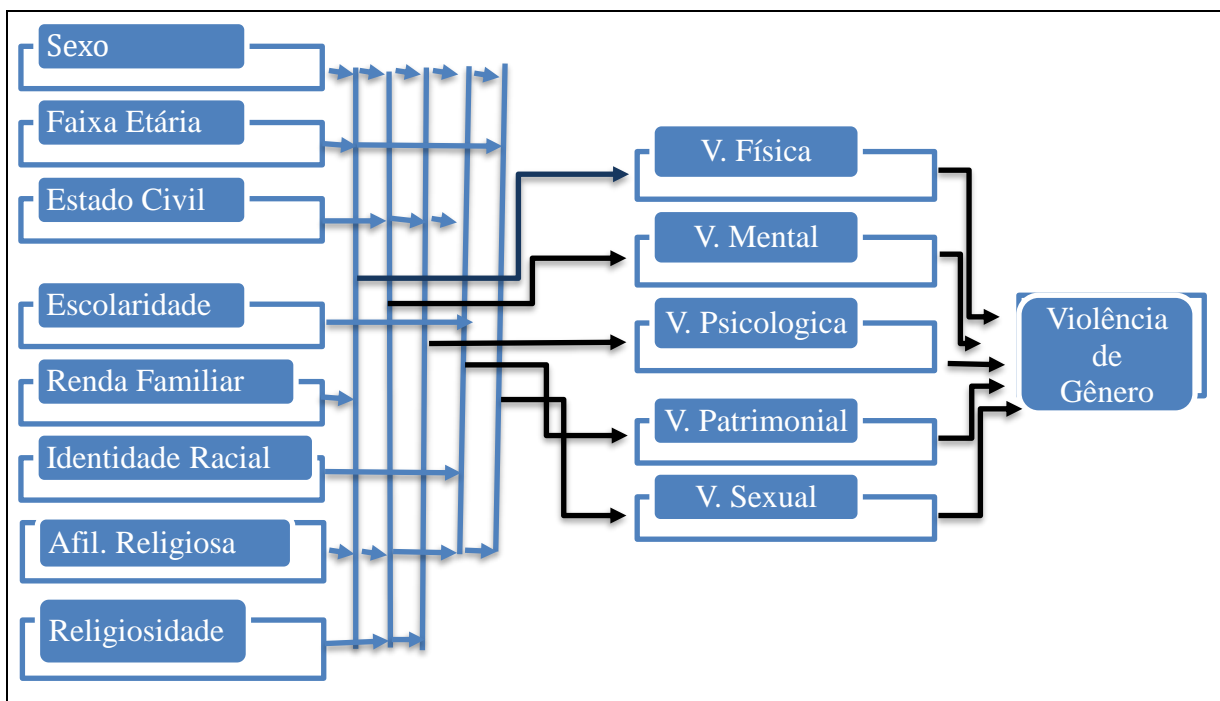


Figura 7 - Modelo explicativo das variáveis associadas à Violência de Gênero

4. Discussão

As médias das respostas apontam para níveis baixos (no entanto existentes) de concordância com as crenças legitimadoras de violência que constituem a escala utilizada, o que

vai de encontro a outros estudos nacionais com resultados semelhantes. Como no estudo de Albuquerque (2019), onde verificou-se que, através de um *priming* indutor acerca da Violência Sexual, 75% dos adolescentes concordaram que a vítima tinha culpa em ter sido abusada pelo namorado enquanto estava inconsciente, uma vez que a mesma havia ingerido bebida alcoólica. Tais diferenças nos resultados podem ser influência da amostra do estudo aqui desenvolvido, em que os respondentes em sua maioria são universitários, podendo ser inferido efeito de desejabilidade social. Ao envolver uma inclinação à concordância com outras pessoas, a desejabilidade social reflete uma necessidade do sujeito de obter aprovação social e evitar sanções negativas (Crowne & Malowe, 1964). Além disso, amplia as consequências sobre a percepção de se compartilhar crenças com os membros do grupo (Bar-Tal, 2000).

Por conseguinte, procedendo à análise de variáveis isoladas, foi possível encontrar diferenças em relação ao tipo de crenças. Os resultados indicaram que as crenças legitimadoras da violência de gênero são intensificadas, de modo geral, de acordo com o sexo (pessoas do sexo masculino) e afiliação religiosa e/ou religiosidade (praticantes de alguma religião). Na idade média, o advento das grandes religiões marcou o cenário de repressão da sexualidade, consequentemente aumentando a desigualdade entre gêneros masculino e feminino (Stearns, 2012). O cristianismo pregava a fragilidade moral das mulheres, no que era importante mantê-las sob controle severo Priore (2012). No Brasil colônia, os ensinamentos religiosos pregavam o ideal de mulher como aquela que se dedicava ao marido, casa e maternidade. Estas estariam protegidas de possíveis assédios desde que se mantivessem na esfera privada (Stearns, 2012). Essa construção social foi responsável pelo compartilhamento de crenças que responsabilizam a figura feminina pelo que lhes acontece, como uma punição por não seguirem a cartilha da mulher virtuosa.

Logo, a hipótese 5, de que existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a religião, sendo que os menos religiosos apresentam menor legitimação da violência, foi comprovada. Verificou-se a influência da afiliação religiosa, da religião e do nível de religiosidade, de alguma forma, em todos os tipos de violência, com maior legitimação entre os mais religiosos, em consonância com os achados de Albuquerque (2019) e Farias (2019).

Os dados mostraram relação entre a legitimação das crenças de violência física com renda e faixa etária; para a violência sexual somente a faixa etária; para as violências moral e psicológica, o estado civil, e para a patrimonial, a identidade racial e escolaridade. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que mostram crenças de legitimação da violência mais elevadas associadas com a escolaridade e faixa etária (Albuquerque, 2019; Faria, 2019; Dias, 2018). Porém, existem diferenças significativas entre a renda familiar, que neste estudo não apresentou diferença entre os mais e menos abastados, e a identidade racial, influenciando na legitimação de crenças acerca da violência patrimonial.

Os maiores níveis de crenças legitimadoras em todos os tipos de violência, de acordo com os itens da escala, emergiram das respostas de participantes do sexo masculino. Estes apresentam maior tendência em legitimar a violência à conduta da mulher, pela atribuição de culpabilização da vítima e banalização de comportamentos do agressor. As crenças sociais de culpabilização da vítima resistem ao longo dos séculos e segundo dados nacionais, ainda é fortemente compartilhada na sociedade brasileira (Pimentel, Schritzmeyer & Pandjarian, 1998). Logo, se as mulheres brasileiras foram mais vítimas de violência durante o primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, é provável que alguns grupos sociais justificassem tais agressões baseados nos papéis de gênero a serem desempenhados socialmente. Os dados corroboram a Hipótese 2 do presente

estudo, que previa a existência de diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com o sexo, onde o sexo masculino apresentaria crenças mais elevadas do que o sexo feminino.

Da mesma forma, foi comprovada a Hipótese 3, mostrando diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a idade, onde as faixas etárias mais velhas possuem crenças mais elevadas. Vale lembrar que geralmente não é a natureza das crenças sociais instigar a mudança social dramática ou a faísca da revolução, mas manter e fortalecer instituições, símbolos ou valores sociais (Bar-Tal, 2000). Logo, pode-se inferir que quanto mais velhas forem as pessoas de um grupo, menor a chance de modificação de suas crenças.

No que se refere à hipótese 4, de que existiriam diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com a renda familiar, em que as menos abastadas possuem crenças mais elevadas, pode ser considerada refutada, visto que, neste estudo, está associada apenas à violência física, sem associação com os demais tipos. No caso, apresentou correlação inversa, ou seja, quanto menor a renda, maior a crença legitimadora de violência física, com contribuição baixa no modelo de regressão.

Por fim, a hipótese 1 foi comprovada, mostrando que existem diferenças significativas em relação às crenças de legitimação da violência de acordo com os tipos de violência, em que a violência física possui crenças mais elevadas, podendo ser verificado pelo resultado do modelo de regressão, onde a violência física carrega 84% da explicação total da violência de gênero medida. Observa-se que a crença de que a vítima é responsável pelo abuso sofrido ainda se encontra consideravelmente alta, principalmente junto de elementos do sexo masculino, na tentativa de justificar o ato seja afirmando que muitas mulheres permanecem na relação abusiva porque assim o desejam, ou ao justificarem as agressões pelo ciúme ou pelo cuidado.

O compartilhamento de crenças sociais desta natureza podem influenciar o modo como vítimas e agressores encaram a violência. Se existem crenças tolerantes, estas podem constituir-se como persecutórias do comportamento violento, pois os agressores acreditam que desta forma o seu comportamento é justificável. Por sua vez, as vítimas adotam estes tipos de crenças, justificando os episódios abusivos e permanecendo em relações violentas (Albuquerque, 2019; Barros et al; 2016; Colossi et al, 2015). Sendo assim, as crenças permitem identificar imagens, estereótipos e atitudes que predominam em diferentes esferas da sociedade, não apenas porque moldam a visão e compreensão do mundo, mas afetam a forma de viver, delimitando o que pode ser um comportamento aceitável ou inaceitável para homens e mulheres.

5. Conclusão

A violência que atinge as mulheres, especificamente motivada por sua condição de gênero, é um fenômeno que abrange indiscriminadamente pessoas de todas as classes sociais, cor, identidade étnico-racial e idade, fruto de relações sociais e de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres. No entanto, a despeito dessa violência atravessar a experiência das pessoas do sexo feminino indiscriminadamente, observa-se que condicionantes sociodemográficas e socioeconômicas contribuem para a manutenção das crenças que a legitima. Não obstante os diversos estudos e instituição de leis e programas interventivos para o combate, principalmente nos últimos vinte anos, verifica-se atualidade na afirmação de Bourdieu (1998), condizente com o conceito de crenças sociais de Bar-Tal (2000), de que a violência no campo simbólico, no caso aqui específico as crenças sociais, constitui termo que explicaria “a adesão dos dominados em um campo: trata-se de dominação consentida, pela

aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem “naturais”, e da incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras impostas pelas autoridades dominantes”.

Não obstante, é necessário apontar algumas limitações deste estudo. A amostra constituinte é de pequena dimensão, pelo que não podem ser feitas generalizações. Por esta razão, em certas variáveis, os dados acabam por demonstrar uma grande discrepância entre os grupos. A idade, por exemplo, cujos grupos etários não foram muito diferenciados, bem como o fato da maioria estar inserida no contexto universitário, pode ter gerado respostas derivadas da desejabilidade social em função do espaço que ocupam. Ainda assim, o presente estudo reúne informações pertinentes, permitindo perceber alguns tipos de variáveis associadas aos tipos de violência de forma independente.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J.R. (2019). *Violência de Gênero: Crenças legitimadoras por adolescentes*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB].
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- Barros, E.N., Silva, M.A., Falbo Neto, G.H., Lucena, S.G., Ponzo L, Pimentel, A.P. (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Temas Livres • Ciênc. saúde colet.* 21 (2).
- Bar-Tal, D. (2000). *Shared Beliefs in a society: Social psychological analysis*. Thousand Oaks: Sage.
- Brasil (2006). *Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha)*. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/828449567/lei-13984-20>
- Brasil (2016). *Ministério da Saúde: Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil. Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília-DF. P. 32- 46. www.onumulheres.org.br. Acesso em: 04 jun. 2017.
- Bourdieu, P. (1998). *La Domination masculine*. Éditions du Seuil.
- Colossi, P.M., Razera, J., Haack, K.F., Falcke, D. (2015). Violência conjugal: prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, 8(1):55-66, janeiro-junho.

- Crowne, D.P., Marlowe, D. (1964). *The approval motive: Studies in evaluative dependence*. John Wiley.
- Dias, M. J. (2018). *Agressão e Crenças acerca da Violência nas Relações Íntimas em Contexto Universitário*. [Dissertação em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade da Beira Interior. Ciências Sociais e Humanas. Covilhã, Portugal].
- Faria, B. C. P. F. (2019). *Violência Doméstica e Tipos de Crenças Legitimadoras*. [Dissertação em Psicologia Forense. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Psicologia e de Ciências da Vida, Lisboa].
- Farias, M.G. (2019). *Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas*. [Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Fortaleza].
- Lima, S. (2019). “Nós negros e LGBT estamos aqui!": Raça, gênero e sexualidade na ação política em universidades brasileiras. *Conexão Política*, Teresina v. 8, n. 1, 71 - 89, jan./jun.
- OPAS (2015). *Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher*. 54.º Conselho Diretor 67.ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Washington, D.C., EUA.
https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y
- Pimentel, S., Schritzmeyer, A., Pandjarian, V. (1998). *Estupro: crime ou "cortesia"? Abordagem sóciojurídica de gênero*. Editora S.A Fabris.
- Saldanha, A. A. W. (2003). Vulnerabilidade e construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável. [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP].

Valente, J. (2020, 26 Maio). Brasil tem 134 milhões de usuários de internet, aponta pesquisa.

Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>

III – CONSIDERAÇÕES GERAIS

*“Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo,
hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer”
(Belchior)*

Este estudo não abordou a violência de gênero em si, nem mesmo teve como objeto experiências de violência. Buscou as origens dos padrões de violência de gênero a partir das crenças de pessoas adultas da população em geral. É possível achar a explicação para que a violência de gênero siga ocorrendo de maneira tão frequente? Que com tanto conhecimento compartilhado em um mundo tão globalizado, existam crenças tão arraigadas que justificam comportamentos de violência contra a mulher? Que a própria mulher em muitos casos aceite e naturalize tais práticas das quais pode ser vítima?

Diante dos dados teóricos e empíricos analisados neste estudo, é possível indicar inúmeras razões para a persistência de crenças que legitimam a violência contra a mulher: A insistência nos papéis de gênero determinados desde os mais longínquos tempos históricos; a dominação imposta por homens sobre as mulheres, e a percepção destas enquanto propriedades subordinadas ao desejo e necessidades masculinas; a fragilidade no cumprimento de leis que resguardecem as mulheres e as mantenham em segurança; a romantização do ciúme e do controle encontrada em músicas ou programas de TV; o ainda insuficiente investimento do estado em políticas públicas de prevenção e combate à violência de gênero; a facilidade com que nossos direitos são perdidos quando do surgimento de uma crise.

Estes resultados aqui citados de forma geral, confirmam a hipótese inicial do estudo de que elementos de cunho sociodemográficos e socioeconômicos podem refletir na forma como o indivíduo enxerga e avalia o mundo que o rodeia, de modo que as influências de tais elementos

também podem contribuir no processo de construção, manutenção e compartilhamento das crenças sobre violências de gênero. Mencionar sobre sistema de crenças pode ser delicado tanto do ponto de vista científico, como também filosófico e religioso. Ao lidar com o estudo de crenças, conforme alertam Azevedo e Lemos (2018), abordam-se questões como o que é realidade e o que é verdade. O sistema de crenças se baseia na percepção de um grupo social, grupo que pode ou não constituir uma verdade, ou antes, uma realidade. Quantos conceitos não foram tomados como verdade e socialmente compartilhados durante séculos, exercendo influência sobre pensamentos, atitudes e comportamentos das pessoas? Ainda que não sejam verdades universais, as crenças podem mover as estruturas sociais. Segundo Giddens (2009), situações motivam crenças, mas o inverso é igualmente verdadeiro.

Em sua teoria de Crenças Societais, Bar-Tal (2000), ressalta que os aspectos que envolvem a socialização dizem respeito à formação de crenças, as quais são disseminadas, e adquiridas por membros enquanto ideias naturalizadas pela sociedade. Além disso, Rokeach (1981) propõe uma visão dimensional das crenças, explicando que as crenças primitivas têm uma alta centralidade e possuem um forte consenso, com tendência a resistir a mudanças, visto que raramente são questionadas. Logo, para que um determinado sistema social se mantenha, os membros da sociedade devem internalizar e produzir um sistema de crenças coletivas fortes. A consciência do compartilhamento de crenças traz consequências para os membros de um grupo, mediado pela confiança que se tem nas crenças, bem como pelo senso de similaridade que o indivíduo possui acerca de seu grupo (Bar-Tal, 2000).

Outro aspecto das crenças evocadas pelos participantes do estudo em questão, a violência de gênero, remetem à Tajfel (1978) ao tratar dos processos de categorização social e Bar-Tal (1989) ao referir à desumanização. Entende-se aqui, que a desumanização e outros processos de

exclusão apoiam-se na categorização social e no essencialismo psicológico. Segundo o primeiro autor, a categorização social permite reunir objetos, pessoas ou acontecimentos sociais em grupos que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo, enquanto que a essencialização psicológica, de modo geral, seria a tendência a agir e pensar como se todas as coisas possuíssem algo intrínseco que as tornam o que são, o que as levaria a separarem-se em grupos: o endogrupo (o grupo do qual o indivíduo faz parte) e o exogrupo (grupo que inclui todos os “outros”). O grupo dos “outros” seria estereotipado de acordo com a essência que lhe fosse atribuída. É assim que a categorização se torna um dos suportes cognitivos do estigma, discriminação e preconceito e da desumanização.

A desumanização, segundo Bar-Tal (1989), seria uma forma de deslegitimação, que consiste em categorizar negativamente grupos sociais de modo que seus membros são vistos e rotulados como desviantes. Uma das funções da desumanização e da deslegitimação é justificar exploração ou fazer com que endogrupos em situações de competição material ou simbólica se sintam superiores. Outra forma de desumanização é a exclusão moral. Tal fenômeno ocorre quando indivíduos ou grupos são percebidos à margem da sociedade e, por isso, valores morais, regras e noções de igualdade ou equidade não são aplicáveis a eles. Assim, a violência contra eles não é percebida como violência, pois se torna aceitável e legítima, podendo ser sutil ou severa (Santos e Lima, 2012).

A violência contra as mulheres em suas diferentes faces, incluindo o feminicídio, não só continuam sendo praticados como têm aumentado, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra, como outrora. No entanto, como argumenta Pires (2013), paradoxalmente, não houve mudanças significativas em relação às razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, centrando-se principalmente na

argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais, entre outras. Situações estas que foram observados nos resultados da evocação das crenças neste estudo.

Este pressuposto de que a violência contra mulheres é apreendida no decorrer dos processos primários de socialização e deslocada para a esfera da sociedade em momentos secundários da socialização e na sociabilidade da vida adulta, se caracteriza como "permissão social" concedida e acordada com os homens na sociedade (Bandeira, 2014). Estudos (Saldanha, Silva, Albuquerque & Rabelo, 2020) informam que, dentre os motivos que dificultam o rompimento da relação violenta, estão atos e sentimentos aprendidos socioculturalmente: a esperança de o agressor mudar de comportamento, o medo de represálias e novas agressões, o medo de perder a guarda dos filhos, a censura da família e da comunidade, a dependência afetiva e econômica, dentre outros problemas.

Os atos recorrentes de violência indicam que as crenças mais tradicionais acerca dos papéis de gênero seguem se renovando, mantendo assim os padrões relativos ao sexismo. Sendo assim, a violência contra as mulheres atravessa toda a sociedade e é reproduzida através de mecanismos que não podem ser analisados unicamente no plano individual ou limitado às relações interpessoais, mas é também atravessada por mediações de caráter público e estruturais.

Ainda que arraigadas, estas crenças não são imutáveis. De acordo com Bar-Tal (2000), os meios de comunicação são fundamentais para o desenvolvimento dessa estratégia discursiva de legitimação-deslegitimação de crenças, repertório este que deveria ser incorporado aos processos de socialização das crianças, tanto na primeira infância quanto na escola. Diante do momento político-social que se apresenta o Brasil, onde além de um ministério ultraconservador, diariamente depara-se com uma infinidade de notícias falsas que tentam desacreditar

movimentos sociais de luta por igualdade de direitos, é importante tentar se utilizar dos chamados “facilitadores da mudança”, de acordo com Bar-Tal (2000). Canais de comunicação diversos e livre circulação da informação podem influenciar para uma baixa pressão ao conformismo, levando à construção de um novo sistema de crenças. Os exemplos sugerem que crenças societais são representações dinâmicas compartilhadas que refletem as condições políticas, econômicas e culturais da sociedade. Quando as condições mudam, mudam também as crenças societais. Mas, ao mesmo tempo, deve ser lembrado que as crenças societais são responsáveis, em certa medida, para as condições políticas econômicas e culturais prevalentes na sociedade. Membros da sociedade que mantém uma particular crença societal, veem seu mundo de modo particular e agem para manter a condição que preservar a sua visão de mundo. Assim, crenças societais e condições sociais são entrelaçadas. Uma mudança nas condições sociais leva a mudança nas crenças societais, e a mudança nas crenças societais, leva a mudança nas condições sociais.

REFERÊNCIAS GERAIS

- Abelson, R. P., Prentice, D. (2014). Beliefs as Possessions: A functional perspective. In Pratkanis, A.R., Breckler, S.J., Greenwald, A.G. (Orgs.), *Attitude Structure and Function*. (pp 361-435) Psychology Press.
- Albuquerque, J.R. (2019). Violência de Gênero: *Crenças legitimadoras por adolescentes*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB].
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- Asch, S.E. (1952). *Social Psychology*. Englewood Cliffs, NJ : Prentice-Hall
- Azevedo, G.X, Lemos, C.T. (2018). O sistema de crenças: aspectos qualitativos. *Estudos de Religião*, v. 32, n. 3 (PP.51-67)
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 29. n. 2.
- Bar-Tal, D. (1989). Delegitimization: The extreme case of stereotyping and prejudice. In: Bar-Tal, D., Grauman, C.F., Kruglanski, A.W., Stroebe, W. (Eds) *Stereotyping and prejudice: changing conceptions* (p. 169-182). New York: Springers-Verlay.
- Bar-Tal, D. (1998). Societal beliefs in times of intractable conflict: The Israeli case. *International Journal of Conflict Management*, 9 (22-50).
- Bar-Tal, D. (2000). *Shared Beliefs in a society: Social psychological analysis*. Thousand Oaks: Sage.

- Bar-Tal, D. (2010). Causes and Consequences of Delegitimization: Models of Conflict and Ethnocentrism. *Journal of Social Issues*. (pp 65 – 81).
- Bar-Tal, D., Raviv, A., Rosen, M., Bruker, N. (1999). *Consequences of sharing beliefs*. Manuscript submitted for publication.
- Bem, D.J. (1967). Autopercepção: Uma interpretação alternativa dos fenômenos de dissonância cognitiva. *Psychological Review*, 74 (3), 183–200.
- Bem, D.J. (1972) Self-perception Theory. *Advances in Experimental Social Psychology*. 6:2-62, 1972.
- Bourdieu, P., Passeron, J. C. (1975). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Brasil (2003). *Secretaria de políticas para as mulheres. Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003*.
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>
- BRASIL (2010). Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010. Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12314&ano=2010&ato=65dcXVq1keVpWTb39>
- Brasil (2011). *Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*.
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/489/simplesearch?filterquery=Pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas+para+mulheres&filtername=subject&filtertype>equals>

- Brasil (2013). *Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015*. Brasília, DF.
<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnp>
- Brasil (2016). Ministério da Saúde: *Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Implementação do Protocolo Latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero no Brasil. Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília-DF. P. 32- 46.
www.onumulheres.org.br. Acesso em: 04 jun. 2017.
- Brasil (2019). *Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República. Guia para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres*.
https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/publicacoes1/guia_para_criacao_e_implementacao_de_organismos_governamentais_de_politicas_para_as_mulheres_opm.pdf
- Brewer, M. B. (1991). The social self: On being the same and different at the same time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17(5), 475–482. <https://doi.org/10.1177/0146167291175001>
- Cancian, F. (1975). *What are norms?* Cambridge University Press.
- Cartwright, D., Zander, A. (1968). *Group dynamics: Research and theory* (3rd ed.). Harper & Row.
- Cerqueira, D. (2021) *Atlas da Violência*, São Paulo: FBSP.
- Colossi P.M., Razera J., Haack K.F., Falcke, D. (2015). Violência conjugal: prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, 8(1):55-66, janeiro-junho.

- Crowne, D.P., Marlowe, D. (1964). *The approval motive: Studies in evaluative dependence*. John Wiley.
- Crutchfield, R. S. (1955). Conformity and character. *American Psychologist*, 10, 191–198.
- Cushman, D., Whiting, G.C. (1972). An approach to communication theory: Toward consensus on rules. *Journal of Communication*, 22, 217–238.
- Dos Santos, M., Lima, M.E. (2012). Processos de Desumanização dos Ciganos em Sergipe. *Clínica & Cultura* v.I, n.I, (PP. 83-95).
- Durkheim, E. (1982) *Las formas elementales de la vida religiosa: el sistema totémico en Australia*. Akal Editora.
- Edwards, A. L. (1957). *The social desirability variable in personality assessment and research*. Dryden Press.
- Farias, M.G. (2019). *Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas*. [Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza – CE].
- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 57, 271–282.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison process. *Human Relations*, 7, 117–140.
- Festinger, L., Gerard, H., Hymovitch, B., Kelley, H.H., Raven, B. (1952). The influence process in the presence of extreme deviates. *Human Relations*, 5, 327–346.
- Fórum Brasileiro De Segurança Pública (2021). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Datafolha Instituto de Pesquisas. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

- Gardner, R.C. (1993). Stereotypes as consensual beliefs. In Zanna, M.P., Olson, J.M. (Org.), *The psychology of prejudice: The Ontario symposium*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. (Vol. 7, pp. 1–31).
- Gerard, H.B. (1954). The anchorage of opinions in face-to-face groups. *Human Relations*, 7, 313–325.
- Giddens, A. A (2009). *Constituição da sociedade*. Martins Fontes.
- Greenberg, M. S. (1963). The effect of social support for one's beliefs on two techniques of attitude change. [Doctoral dissertation, University of Houston].
- Hardin, C.D., Higgins, E.T. (1996). Shared reality: How social verification makes the subjective objective. In Sorrentino, R.M., Higgins, E.T. (Org.), *Handbook of motivation and cognition*. New York: Guilford (Vol. 3, pp. 28–84). .
- Hogg, M.A., Turner, J.C. (1987). Social identity and conformity: A theory of referent information influence. In Doise, W., Moscovici, S. (Org.), *Current issues in European social psychology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. (Vol. 2, pp. 139–182).
- Jarymowicz, M. (1991). The self-distinctive traits as personal identity attributes. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 11, 679–695.
- Jarymowicz, M. (1998). The self-we-others schemata: Distinctness and social identifications. In Worchel, S.J., Morales, F., Paez, D., Deschamps, J.C. (Org.), *Social identity: International perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 24, 163–204.
- Levinson, D.J. (1964). Idea systems in the individual and in society. In Zollschan, G.K., Hirsch, W. (Org.), *Explorations in social change* (pp. 297–318). Houghton Mifflin.

- Lewin, K. (1951). *Field theory in social science*. Harper.
- Marin, I. S. K. (1999). Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2 , n. 3, p. 76-88.
- McGuire, W.J. (1964). Inducing resistance to persuasion: Some contemporary approaches. In Berkowitz, L. (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 1, pp. 191–220). Academic Press.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society*. University of Chicago Press.
- Mead, G.H. (1956). *The social psychology of George Herbert Mead*. University of Chicago Press.
- ONU mulheres (2020). *Acabar com a violência contra as mulheres no contexto do COVID-19*. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/acabarcom-a-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto>.
- OPAS (2015). *Violência contra a mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher*. 54.º Conselho Diretor 67.ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas. Washington, D.C., EUA. https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/18386/CD549Rev2_por.pdf?sequence=9&isAllowed=y
- OPAS (2021). Briefing de imprensa semanal sobre COVID-19: *Discurso de abertura*. <https://www.paho.org/en/documents/weekly-press-briefing-Covid-19-directorsopening-remarks-february-3-2021>
- Organização Mundial da Saúde (2012). Understanding and addressing violence against women: *health consequences*. Genebra: OMS. http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77431/1/WHO_RHR_12.43_eng.pdf?ua=1

- Pires, A. C. (2013). Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 17, n. 17, p.133-191, dez. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092013000200010&lng=pt&nrm=iso.
- Priore, M. D. (2012). *História do amor no Brasil*. Editora Contexto.
- Rauhaus, B., Sibila, D., Johnson, A. (2020). Addressing the Increase of Domestic Violence and Abuse During the COVID-19 Pandemic: *A Need for Empathy, Care, and Social Equity in Collaborative Planning and Responses*. American Review of Public Administration.
- Rommetveit, R. (1974). *On message structure: A framework for the study of language and communication*. John Wiley.
- Saldanha, A. A. W. (2003). Vulnerabilidade e construções de enfrentamento da soropositividade ao HIV por mulheres infectadas em relacionamento estável. [Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP].
- Saldanha, A. A. W. (2013). Vulnerabilidades Femininas em Saúde: *acesso aos serviços de saúde, saúde mental e vulnerabilidades de mulheres residentes em cidades rurais*. Projeto de Pesquisa. João pessoa, PB, Universidade Federal da Paraíba.
- Saldanha, A.A.W., Silva, J., Albuquerque, J.R, Rabelo, D.F.(2020). O uso de priming para evocação e análise das crenças de adolescentes que legitimam a violência psicológica de gênero. In: Cerqueira-Santos, E., Araújo, F.L. (Org.), *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social*. Cap. 5 – EDUFPI.
- Santos, D., Oliveira, L.S., Santos, M.L.M. (2020) Violência de Gênero. *Braz. J. of Develop.*, v. 6, n.6, p.38677-38685
- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. Harper.

- Silva, J. M., Silva, C. R. (2011). HIV/Aids e Violência: da opressão que cala à participação que acolhe e potencializa . *Saúde Soc. OPAS/OMS. Organização Panamericana de Saúde* , São Paulo, v.20, n.3, p.635-646 .
- Smelser, N.J. (1962). *Theory of collective behavior*. Free Press.
- Smith, M.B., Bruner, J.S., White, R.W. (1956). *Opinions and personality*. John Wiley.
- Snyder, M. (1979). Self-monitoring processes. In Berkowitz, L. (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 86–131). Academic Press.
- Soares, B. M. (2005). *Enfrentando a violencia contra a mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de 2005. <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2001/enfrentando-violencia.pdf>
- Soares, G.A.A. (2019). O avanço do neoconservadorismo e a concepção do papel social da mulher no Brasil contemporâneo: *uma breve análise dos significados das declarações e decisões políticas do governo Bolsonaro e de sua ministra Damare Alves*. v. 16 n. 1: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge University Press.
- Tetlock, P.E. (1989). Structure and function in political belief systems. In Pratkanis, A.R., Breckler, S.J., Greenwald A.G., (Org.), *Attitude structure and function* (pp. 129–152). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Thomas, W.I., Znaniecki, F. (1918). *The Polish peasant in Europe and America* (Vol. 1). Badger.
- Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole.

Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self-categorization theories. In Ellemers, N., Spears, R., & Haslam, S. A. (Org.), *Social identity* (pp. 6–34). Blackwell.

Wittenbrink, B., & Henly, J. R. (1996). Creating social reality: Informational social influence and the content of stereotypic beliefs. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, 598–610.

ANEXOS

ANEXO I

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A violência de Gênero: crenças legitimadoras das violências contra a mulher

Pesquisador: Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91720318.6.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.763.007

Apresentação do Projeto:

Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. A proposta desta pesquisa envolve 3 estudos, relacionados com a temática. A população deste estudo será constituída jovens estudantes do ensino médio, estratificada por sexo e amostra adulta da cidade de João Pessoa-PB, que aceitem participar do estudo. No primeiro estudo será construído uma escala de crença sociais acerca da violência de gênero. Serão construído os itens e realizada a validade psicometrica. Os itens serão respondidos em escala de cinco pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 5 = concordo totalmente. O estudo psicométrico prevê uma amostra de 10 sujeitos por item e que serão selecionados entre alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas e adultos. A análise da resposta será à análise multivariada, utilizando-se o indicador KaiserMeyer-Olkin (KMO) para averiguar a adequação da fatorabilidade. A extração dos componentes principais permitirá que se defina o número de fatores, segundo: a) eigenvalue maior que 1; b) teste Scree plot de Catell; e c) interpretação teórica. 2) rotação varimax para extrair os fatores, sendo excluídos itens que tiverem em mais de um fator ou itens, carga fatorial inferior ou igual a 0,30. Após essa exclusão, os itens restantes serão submetidos a sucessivas rotações até que nenhum item seja excluído da matriz. 3) A precisão da escala será estabelecida pela avaliação da consistência interna de cada fator mediante o cálculo do índice alfa de Cronbach.

O estudo 2 utilizará entrevistas baseadas no método das cenas. A cena se dará em 3 etapas. Etapa 1: Produção da cena: A produção da cena é iniciada pelo pesquisador que estimula a

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.763.007

imaginação ativa do participante alucinando a imaginação com a seguinte instrução: Gostaria que vc fechasse os olhos e lembrasse de alguma vez na sua infância em que você se sentiu desconfortável na relação com alguma pessoa, pode ser aquela em que você considera que foi mais grave, ou a mais difícil. 2. Codificação: neste momento ocorre a compartilha da narrativa. 3. Decodificação: O coordenador, então, explora e amplia os detalhes da narrativa compartilhada. Este método pretende ampliar a compreensão sobre como a vulnerabilidade pessoal é produzida socialmente. A entrevista nesta etapa será feita após a inclusão de indivíduo incluído após a realização da primeira etapa. A análise dos conteúdos das entrevistas será realizada com base em Categorias determinadas. Na terceira etapa será comparado e analisado as concepções dos adolescentes e amostra adulta acerca das crenças sociais de gênero associando às vulnerabilidades à violência. A – Questionário Sócio Demográfico: contendo itens referentes aos aspectos pessoais (exemplo: sexo, escolaridade, idade). B – Escala de Crenças Sociais acerca da Violência de Gênero: construída no primeiro estudo, respondida em escala do tipo Likert variando de 1 à 7, O banco de dados quantitativo será construído a partir de digitação dos questionários com prévia codificação das respostas, utilizando o Software SPSS for Windows. Inicialmente, serão realizados procedimentos para análise exploratória de dados visando identificar eventuais omissões de respostas e analisados por estatística descritiva (medidas de tendência central e dispersão) e estatística relacional (Qui-quadrado e t-Student, correlação).

Para a demonstração do significado da força e do tipo de relações entre as variáveis que compõem o modelo teórico, foi utilizado os coeficientes de correlações r de Pearson, acompanhados dos seus respectivos níveis de significância (p).

Com o propósito de obter-se também um índice do grau de explicação da variável critério e da consideração simultânea das outras variáveis antecedentes, se fará o uso da Regressão Múltipla por Etapas (stepwise), obtendo-se também a contribuição isolada de cada variável antecedente, onde o índice (R) irá indicar o grau de correlação existente entre as variáveis preditoras e a variável critério.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL: Analisar as dimensões da violência de gênero, visando a identificação da vulnerabilidade relacionada com as crenças legitimadoras.

ESPECÍFICOS

Estudo 1: Construção e Validação de um instrumento de crenças e vulnerabilidades às dimensões da violência de gênero.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.763.007

Estudo 2: As cenas da violência: narrativas de mulheres que foram vítimas de violência de gênero

Estudo 3: 3 – Crenças Societais e Vulnerabilidades à violência

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Essa pesquisa oferece riscos mínimos para a sua saúde, contudo é importante destacar a possibilidade, mesmo que remota, de vivenciar um breve estado de estresse em decorrência de alguns itens do instrumento que possa(m) causar certo incômodo em algum participante.

Esse estudo possui como benefícios o favorecimento de avanços na área das ciências humanas e sociais bem como auxiliar com dados no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o combate as violências contra a mulher.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é extremamente atual, contribuindo para o empoderamento da mulher que sofre violência doméstica. Está muito bem fundamentado e metodologicamente detalhado e em consonância com as diretrizes vigentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos/documentos que foram apresentados estão adequados conforme exigências contidas na Resolução 466/2012, do CNS/MS.

Recomendações:

(O)A pesquisador(a) responsável e demais colaboradores, MANTENHAM A METODOLOGIA PROPOSTA E APROVADA PELO CEP-CCS

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o protocolo de pesquisa se encontra adequadamente instruído e que apresenta viabilidade ética e metodológica, estando em consonância com as diretrizes da Resolução CNS n.466/2012, do MS, somos favoráveis ao desenvolvimento da investigação

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL – DOUTORADO

Esta pesquisa tem como objetivo medir as crenças acerca dos comportamentos considerados desejáveis para uma mulher, e está sendo desenvolvida pelas pesquisadoras doutorandas Juliana Rodrigues de Albuquerque e Isabelle Tavares Amorim, sob a orientação da Prof^a. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Doutorado) da Universidade Federal da Paraíba.

O objetivo da pesquisa é investigar as crenças e vulnerabilidades acerca da violência contra a mulher.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não sofrerá nenhum dano, prejuízo, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, será realizada, pela pesquisadora responsável pela mesma, a aplicação de um questionário autoexplicativo.

Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica.

Será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em completo sigilo.

O pesquisador (a) responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Fica registrado, também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usados pelo (a) responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Ana Alayde Werba Saldanha
Pesquisadora Responsável

Endereço: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA/Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Telefone para Contato: (83) 3216-7006.

APÊNDICE B

PRIMINGS

A SEGUIR, TEMOS ALGUMAS HISTÓRIAS QUE GOSTARÍAMOS QUE VOCÊS LESSEM COM ATENÇÃO:

Júlia e Pedro são casados há três anos e desde que se casaram, eles combinaram que Pedro seria o responsável por administrar as finanças da casa. Com isso, Júlia sempre, ao final do mês, entregava seu salário para o marido, de maneira que, quando necessitasse comprar algo, precisava consultar Pedro. Depois de um tempo, Júlia decidiu que ela mesma deveria tomar conta do seu dinheiro e então conversou com o marido que gostaria que cada um ficasse com seu salário. A partir de então, começaram as brigas entre o casal por Pedro não concordar com essa mudança, alegando que ele, como homem da casa, deveria se responsabilizar e controlar o salário da família, isso, inclusive, já tinha sido um acordo entre os dois e não havia razões para mudar. Além disso, sempre que Júlia precisava de algo, ele supria suas necessidades. Para acabar com as brigas, Júlia resolveu, ainda que contra sua vontade, conformar-se de que a administração do seu dinheiro continuasse nas mãos do marido.

AGORA, PEÇO QUE VOCÊ PENSE **UM MINUTO** SOBRE ESSA HISTÓRIA QUE ACABOU DE LER...

1. Por favor, peço que escreva as três primeiras palavras que lhe vem a cabeça ao ouvir essa história:

a) _____

b) _____

c) _____

2. Gostaria que você marcasse com um **X** o quanto você concorda ou discorda do desconforto de Júlia:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

3. Gostaria que você marcasse com um **X** o quanto você concorda ou discorda do posicionamento de Pedro:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

4. Você considera o desfecho da história certo ou errado?

() Certo

() Errado

No seu bairro, Alice sempre foi conhecida como "namoradeira", por estar sempre em relacionamento com algum garoto. Um dia, ela conheceu Bruno pela internet, e depois de algumas conversas via Whatsapp, decidiram se encontrar. O amor foi imediato! Logo, iniciaram um namoro. Na mesma semana, foram a uma festa de amigos. Após Alice dançar muito e beber algumas cervejas, Bruno a convidou para ir até a casa dele, onde poderiam se curtir mais um pouco. Apesar das amigas de Alice a aconselharem a não ir, já que ela tinha bebido um pouco a mais, ela decidiu ir mesmo assim. Como Bruno estava dirigindo, ele não bebeu nesse dia. Ao chegarem a casa de Bruno, Alice continuou bebendo, chegando a ficar completamente embriagada. Ambos começaram a se beijar e trocar carícias e, embora Alice tenha resistido um pouco em continuar, Bruno insistiu nos amassos até que, levados pelo momento, acabaram transando. No dia seguinte, Alice não se lembrava bem do que tinha acontecido e, assustada ao se ver na cama ao lado de Bruno, começou a reclamar sobre o que tinha acontecido entre eles dois. Muito aborrecido, Bruno afirmou que não obrigou Alice a transar com ele, simplesmente, aconteceu. Apesar de estar magoada, ao ouvir as palavras de Bruno, Alice se convenceu de que tinha responsabilidade por as coisas terem chegado aquele ponto.

AGORA, PEÇO QUE VOCÊ PENSE **UM MINUTO** SOBRE ESSA HISTÓRIA QUE ACABOU DE LER...

1. Por favor, peço que escreva as três primeiras palavras que lhe vem a cabeça ao ouvir essa história:

a) _____

b) _____

c) _____

2. Gostaria de saber o quanto você concorda com a revolta de Alice:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

3. Gostaria que você marcasse com um X o quanto você concorda ou discorda das palavras de Bruno:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

--	--	--	--	--	--	--

4. Você considera o desfecho da história certo ou errado?

() Certo

() Errado

Carlos e Maria já namoram há 4 anos e o relacionamento deles sempre foi caracterizado por brigas constantes por causa dos ciúmes de Carlos e das explosões de raiva de Maria nos momentos das brigas. Uma vez, Carlos viu no celular de Maria que ela estava trocando várias mensagens com um amigo e decidiu tomar satisfações. Eles estavam na casa de Carlos e Maria não queria falar sobre o assunto naquele momento, pegando sua bolsa para ir embora, porém, Carlos não aceitou, dizendo que eles precisavam conversar sobre essas mensagens no celular dela. Maria, muito irritada, gritando e chorando, decidiu sair, mas Carlos apertou os seus braços a impedindo de sair. Ela lutou, porém, como Carlos tinha mais força física, foi inútil a tentativa de Maria de sair do local. Muito nervosa com toda aquela situação, Maria começou a gritar, e Carlos, temendo que os vizinhos escutassem mais uma de suas brigas com a namorada, apertou a sua boca, dizendo para que ela se acalmasse que ele só queria entender o que estava acontecendo. Com isso, Maria aceitou ficar e conversar.

AGORA, PEÇO QUE VOCÊ PENSE **UM MINUTO** SOBRE ESSA HISTÓRIA QUE ACABOU DE LER...

1. Por favor, peço que escreva as três primeiras palavras que lhe vem a cabeça ao ouvir essa história:

a) _____

b) _____

c) _____

2. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda da decisão de Maria em não querer conversar :

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

3. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda com o comportamento de Carlos:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

4. Você considera o desfecho da história certo ou errado?

() Certo

() Errado

Isadora tem 17 anos e já ficou com muitos garotos da sua escola, e nessas relações, ela costumava compartilhar o que gostava de fazer durante o sexo. Quando Isadora começou a se envolver com Antônio, não foi diferente, eles passavam horas pelo celular falando intimidades e até enviando *nudes* um para o outro. Antônio tem três melhores amigos, que são José, Pablo e João, que também já tinham ficado com Isadora. Portanto, Antônio não achou nada demais mostrar algumas conversas que teve com Isadora pelo celular e mostrar também algumas fotos dela, pois esses amigos já a conheciam intimamente. Quando Isadora soube que esse grupo de amigos compartilhavam suas intimidades, ela ficou muito chateada e foi tomar satisfação com Antônio que alegou que não tinha segredos entre ele e seus amigos, pois confiava muito neles. Logo, toda a escola já comentava sobre o ocorrido, afirmando que Isadora tinha culpa por aquela situação.

AGORA, PEÇO QUE VOCÊ PENSE **UM MINUTO** SOBRE ESSA HISTÓRIA QUE ACABOU DE LER...

1. Por favor, peço que escreva as três primeiras palavras que lhe vem a cabeça ao ouvir essa história:

a) _____

b) _____

c) _____

2. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda com a revolta de Isadora:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

3. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda com o comportamento de Antônio:

Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo e nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente
---------------------	----------	-------------------	-----------------------------	-------------------	----------	---------------------

--	--	--	--	--	--	--

4. Você considera a opinião dos alunos da escola certa ou errada?

() Certa

() Errada

Elisa sempre foi muito vaidosa e adorava sair para balada e em uma dessas festas conheceu Heitor e logo começaram a namorar. Elisa logo se apaixonou pelo jeito carinhoso e cuidadoso de Heitor, pois ele sempre dizia que "quem ama, cuida e protege". Como Elisa sempre gostou de sair para as festas, Heitor fazia questão de acompanhar sua namorada para que ninguém desse em cima dela ou a perturbasse. Uma noite, Heitor foi buscar Elisa para irem a uma festa, e assim que ele viu Elisa, fechou a cara porque ela estava usando um vestido bastante curto e decotado. Então, Heitor disse que não sairia com a namorada com aquela roupa, pois por amá-la muito, cabia a ele preservar sua imagem e evitar as pessoas pensassem mal dela, como compará-la com uma garota de programa. Elisa tinha comprado aquele vestido para ir a essa festa, e isso a deixou magoada. Heitor vendo a tristeza da sua namorada, de maneira muito carinhosa, alegou que fazia aquilo porque a amava e queria zelar por ela e se ela também o amava, daria aquela prova de amor abrindo mão do vestido para agradá-lo. Convencida pelas palavras do namorado, Elisa trocou de roupa e os dois curtiram a festa.

AGORA, PEÇO QUE VOCÊ PENSE **UM MINUTO** SOBRE ESSA HISTÓRIA QUE ACABOU DE LER...

1. Por favor, peço que escreva as três primeiras palavras que lhe vem a cabeça ao ouvir essa história:

a) _____

b) _____

c) _____

2. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda da mágoa de Elisa:

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---------------------

3. Gostaria que você assinalasse com um X o quanto concorda ou discorda do posicionamento de Heitor:

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	Concordo totalmente
---------------------	---	---	---	---	---	---------------------

4. Você considera o desfecho da história certo ou errado?

() Certo

() Errado

PARA FINALIZAR, GOSTARÍAMOS QUE DESSE ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE VOCÊ:

1. Idade: ____ anos.

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Estado civil:

() Solteiro

() Casado

() Divorciado

() Outro: _____

4. Qual sua religião: _____

5. O quanto você se considera religioso?

Nada religioso 1 2 3 4 5 Muito religioso

APÊNDICE C

ESCALA DE CRENÇAS

INSTRUÇÕES. A seguir você encontrará uma série de frases sobre relacionamentos entre homens e mulheres. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda de cada uma delas, utilizando a seguinte escala de resposta:

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente

VIOLÊNCIA SEXUAL:

___ "Uma mulher que usa roupas decotadas e curtas tem maior possibilidade de ser estuprada do que uma mulher que usa roupas recatadas"

___ "Se uma mulher usa roupas curtas, pode significar que ela deseja fazer sexo."

___ "Se uma mulher estiver bêbada é responsabilidade dela se um homem quiser fazer sexo com ela."

___ "Se uma mulher sai sozinha de uma festa às 3h da manhã, ela tem responsabilidade se for estuprada."

___ "Um homem não tem obrigação de parar o sexo, quando no meio da relação, a sua namorada diz que não quer mais."

___ "Por mais que a mulher diga que não quer, muitas vezes isso é apenas um joguinho pra o sexo ficar mais quente."

___ "É instinto masculino passar a mão em uma mulher que se veste de forma provocante."

___ "Mesmo que um homem não queira forçar uma mulher a fazer sexo, às vezes ele não consegue segurar seus instintos."

___ "Uma esposa deve sempre fazer sexo com seu marido mesmo quando não está com vontade"

___ "Se uma garota de programa se recusa a continuar fazendo sexo com um cliente, ele não tem obrigação de parar, já que está pagando."

___ "É mais grave um ato sexual não permitido com penetração, do que gozar no braço de uma mulher sem sua permissão dentro de um ônibus."

___ "Uma mulher que resolve fazer sexo com três homens ao mesmo tempo não tem moral pra dizer não caso eles queiram chamar mais amigos."

____ "É comum passar a mão nos seios ou bumbum de uma mulher desconhecida em uma festa lotada."

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

____ "É normal o marido dizer que sua mulher está gorda para incentivá-la a se cuidar"

____ "Se uma mulher é agredida verbalmente e não reclama, é porque não se incomoda."

____ "Uma mulher que diz que desenvolveu depressão porque sofria humilhações do marido, está se fazendo de vítima."

____ "Às vezes um homem humilha a sua esposa apenas por ele estar num dia ruim"

____ "Se o marido não deixa a esposa sair sozinha, é porque tem cuidado com ela."

____ "Não é nada demais um homem dizer para sua esposa que ela é ridícula dançando."

____ "O namorado pode brincar com a namorada ao comparar ela com uma baleia quando ela coloca um biquíni."

____ "Uma boa esposa aceita deixar de ter amigos para se dedicar ao casamento."

____ "Um homem que sempre faz piada sobre como a esposa demora a entender as coisas, é um marido bem-humorado."

____ "É dever do namorado avisar que sua namorada está ridícula com aquela maquiagem."

____ "Quando um homem diz para sua esposa que a traiu porque ela deixou de se cuidar, então ela precisa ser mais vaidosa."

____ "É natural que um professor diga para sua aluna que ela é mais lenta que seus alunos homens."

____ "É engraçado quando o chefe vive repetindo que o trabalho atrasa porque as mulheres são mais lentas que os homens."

____ "Se um homem diz que sua mulher está vulgar com aquele decote ou com short curto, é porque ele tem cuidado com ela."

VIOLÊNCIA FÍSICA:

___ "Se a mulher apanha do parceiro mais de uma vez, é porque não tem vergonha na cara."

___ "Briga entre o casal só diz respeito a eles dois."

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente

___ "Quando uma mulher trai, não se pode culpar o parceiro por bater nela ao descobrir a traição."

___ "Puxar o cabelo da mulher com força não é tão grave quanto um murro no rosto."

___ "Tudo bem puxar a namorada com força pelo braço quando ela está dançando de forma sensual na frente de outros homens."

___ "Se uma mulher grita com seu parceiro, é compreensível que ele revidar usando a força."

___ "É compreensível o namorado jogar o celular contra a namorada quando descobre uma conversa dela com um amigo na internet."

___ "Um irmão pode bater na irmã se a encontra num bar bebendo apenas com homens."

___ "Forçar o dedo contra o rosto da mulher não é, necessariamente, uma forma de violência."

___ "Toda mulher que trai o parceiro merece uma surra."

___ "É compreensível um homem perder a paciência e empurrar a vizinha que gritou com ele por ter estacionado na sua vaga de garagem."

___ "Da pra entender um homem que perde a cabeça e bate na esposa ao descobrir que ela o traía com um amigo."

___ "Numa discussão de trabalho, é compreensível o homem apertar o braço da colega que sempre o chama de burro."

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL:

___ "Se um homem desconfiar que sua mulher está o traindo, ele pode tomar o celular dela, sem autorização, para descobrir a verdade."

___ "É exagerado uma mulher ir à delegacia prestar uma queixa só porque o marido escondeu os cartões de crédito dela para que ela economize."

___ "Caso a mulher se vista com roupas sensuais, não tem nada demais se o namorado esconder a roupa dela para que ela não se exponha."

___ "É uma prova de amor e cuidado quando o marido decide que a mulher deve ficar em casa cuidando dos filhos enquanto ele garante o sustento."

—

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente

___ "A mulher que é convencida pelo marido de que ele deve administrar os bens dela está dando uma prova de sabedoria como esposa."

___ "O marido pode entrar no escritório da esposa e mexer nos instrumentos de trabalho sem autorização dela, por simples curiosidade"

___ "É exagerado a namorada ir até a delegacia prestar uma denúncia contra o namorado que escondeu as roupas decotadas dela."

___ "É natural que o marido acuse a esposa de ser egoísta se ele sempre administrou as rendas e ela quer passar a cuidar do seu próprio salário."

___ "Ainda que a mulher tenha seu salário, o marido tem o direito de impedir que ela realize compras quando ele achar que a mulher está gastando demais."

___ "Se a mulher coloca uma roupa provocante para ir a uma reunião de trabalho, é compreensível que o marido a proíba de usar essa roupa."

___ "Ainda que a moradia seja do casal, é compreensível que o marido ao flagrar a esposa o traindo, coloque-a para fora de casa."

VIOLÊNCIA MORAL:

___ "Se uma garota manda fotos nua para o namorado e ele repassa para os amigos, ela terá responsabilidade por isso."

___ "Uma garota que fica com vários garotos não deve achar ruim se a chamarem de "fácil" ou "rodada."

___ "Uma mulher que trai o parceiro merece ter sua reputação manchada por isso."

___ "Se uma mulher sai na rua com roupas provocantes tem alguma responsabilidade de ser taxada de 'vulgar'."

___ "É compreensível que um marido traído, por vingança, publique as fotos íntimas da sua esposa."

____ "Se uma mulher decide ficar com um homem que tem fama de cafajeste, terá culpa caso esse homem exponha as intimidades que fez com ela."

____ "Uma garota que trai seu namorado está deixando claro que não se dá ao respeito e por isso é compreensível que as pessoas comentem que ela é safada."

1	2	3	4	5	6	7
Discordo totalmente	Discordo	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo	Concordo totalmente

____ "É burrice uma mulher compartilhar intimidades com um homem que está namorando há pouco tempo. Caso as fotos vazem, a culpa será dela."

____ "É exagerado uma mulher prestar queixa na delegacia porque um homem fez comentários grosseiros sobre seu corpo."

____ "Uma mulher que não está desempenhando bem suas funções no trabalho não pode achar ruim se for chamada de burra pelo chefe."

____ "Uma garota que tem fama de safada no seu bairro não deve ser muito levada a sério ao fazer uma denúncia na delegacia por estar sendo vítima de comentários ofensivos."

Por fim, gostaria que você respondesse às questões abaixo. Suas informações serão respeitadas e mantidas em sigilo, conforme a ética em pesquisa. Obrigada.

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Idade: _____

3. Cor: Branca () Negra () Parda () Indígena () Amarela () Outra: _____

4. Estado Civil: Solteiro(a) () Casado(a)/união estável () Separado(a) () Viúvo (a) ()

5. Valor da renda: _____

6. Número de Filhos: Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro () Outro: ____

7. Religião: Sem religião () Católica () Evangélica () Espírita () Outra: _____

8. O quanto você se considera religioso? Nada religioso 1 2 3 4 5 Muito religioso

9. Escolaridade:

() Sem escolaridade

() Ensino fundamental incompleto

() Ens. Fundamental completo

() Ens. médio incompleto

() Ens. Médio

() Ensino superior incompleto

() Ens. Superior

() Pós-graduação